

MICHELE PAITRA ALVES DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTISMO, PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO:
CURITIBA NA DÉCADA DE 1960**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, 7.^a Turma, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA

2007

*A minha mãe, Elizabeth do Rocio
Paitra, pelo amor e confiança
depositada em mim e no meu
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Jesus e a Nossa Senhora, por toda a sabedoria, graças e o ânimo concedido por meio da minha fé.

A Prof^a Nadia Gaiofatto Gonçalves, pela sua criteriosa orientação, experiência e organização pedagógica.

Aos demais professores do curso pela seriedade, competência e determinação capazes de motivar o término deste trabalho.

Aos colegas e amigos de turma, pelo companheirismo e pela amizade.

RESUMO

O presente trabalho monográfico intitulado “Desenvolvimentismo, planejamento e educação: Curitiba na década de 1960” é o resultado de um estudo referente ao desenvolvimentismo brasileiro e a educação, focando a educação municipal de Curitiba na década de 1960 a partir de seu primeiro Plano de Educação elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o Primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba, verificando a influência do projeto desenvolvimentista brasileiro, cuja essência possa levar ao entendimento dos ideais de educação apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Está dividido em três capítulos representados pelos títulos: Desenvolvimentismo e a Lei nº4024/61; O Desenvolvimentismo no Paraná e a Educação; Curitiba, o Planejamento Urbano e a Educação Municipal. Conforme a ordem dos capítulos, pretende, em linhas gerais, destacar o que seria o desenvolvimentismo e como afetou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 e como foi estendido ao Estado do Paraná e para a sua capital. Destaca o mesmo processo para Curitiba que seguiu uma linha de planejamento urbano criando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), que de início definiu as linhas do trabalho a partir do Plano Preliminar de Urbanismo de 1965, originando o Plano Diretor de 1966, que fazia alusão à importância da educação, e elaborando em 1968 o primeiro Plano da Educação Municipal de Curitiba. Finalmente, é realizada uma análise do primeiro Plano de Educação Municipal de 1968, verificando suas possíveis relações com o projeto nacional desenvolvimentista e a interligação do mesmo com o planejamento da cidade, ou melhor, dizendo, com o Plano Diretor.

Palavras-chave: desenvolvimentismo – educação – planejamento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTISMO E A LEI N° 4024/61	04
1.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL N°4024/61	20
CAPÍTULO 2: O DESENVOLVIMENTISMO NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO	26
2.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL.....	32
CAPÍTULO 3: CURITIBA, O PLANEJAMENTO E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL	39
3.1 O PRIMEIRO PLANO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA DE 1968	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico é parte de um estudo do curso de especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, escrito entre os meses de agosto de 2006 a janeiro de 2007. Neste trabalho estão presentes os esforços de uma educadora em estudar a ideologia desenvolvimentista que guiou o planejamento brasileiro, permeando a educação nacional na década de 1960 e a educação municipal de Curitiba.

Com isso, pensando a conjuntura política, econômica, social e educacional da década de 1960 no Brasil, em meio ao período ditatorial se percebe a existência de planos para a educação nacional que pretendiam readequar o ensino à nova realidade, “recém-saída” de um contexto agrícola, que se urbanizou e se industrializou muito rapidamente.

Em Curitiba, surgem planos que tentam reordenar o espaço urbano, dentre eles se destaca o Plano Preliminar de Urbanismo de 1965, que deu origem ao Plano Diretor de 1966, que fazia referência à educação. Com isso, em 1968 é elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC) o Primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba, que tinha como meta mapear a realidade escolar da cidade por meio da identificação das escolas existentes e construir novas Unidades para o município.

Neste sentido, objetivo deste trabalho consiste em analisar o Primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba, verificando a influência do projeto desenvolvimentista brasileiro, cuja essência possa levar ao entendimento dos ideais de educação apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Para isso, será brevemente contextualizado o caso político e educacional do Brasil no período de 1960 a 1968 e do caso do Paraná, até se chegar a Curitiba, levantando dados do contexto histórico e social que possam conduzir ao entendimento dos fatos mais importantes da década na construção nacional de uma ideologia desenvolvimentista que afetou até mesmo os pressupostos educacionais.

A relevância do tema para o campo educacional se refere à necessidade explicativa de concepções educacionais que permearam este período da história brasileira, mediante a análise de um ponto de vista educacional que necessita ser explorado, isto é, da educação municipal de Curitiba na década de 1960.

Pretende também por meio de análise documental perceber como esta

legislação oficial nacional foi estendida ao Estado do Paraná e, em especial, para o município de Curitiba. Além disso, como já descrito, será analisado em que medida o documento do Primeiro Plano Municipal de Educação apresenta uma proposta educacional, se e como segue os preceitos da Lei Nacional da época nº 4024/61 e do projeto desenvolvimentista.

Para tanto, levantamos as seguintes questões: o período desenvolvimentista brasileiro ganhou um planejamento governamental macro a partir da década de 1950; então qual seria o seu entendimento do papel da educação nesse projeto? A LDB nº4024/61 tinha esta articulação com o projeto nacional? O Primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba seguiu a estes ideais nacionais de desenvolvimentismo? De que forma?

Este estudo está dividido em três capítulos, buscando apreender a conjuntura do contexto político, econômico, social e educacional do Brasil até se chegar mais especificamente a Curitiba, que estava permeada por estes princípios de nação.

O primeiro capítulo denominado Desenvolvimentismo e a Lei nº 4024/61 pretende empregar os referidos conceitos de nacional-desenvolvimentismo, demonstrando de o quadro político do momento e as implicações educacionais de tais governos.

Entra em cena nestas circunstâncias o Programa de Metas do então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1960), com o seu nítido viés desenvolvimentista. Após o seu mandato assume o presidente Jânio Quadros em 1961 e no mesmo ano renuncia à presidência, tendo cedido lugar ao seu vice João Goulart (1961 – 1964), num período turbulento da história brasileira que caminha para a ditadura militar. Na educação, aproveitando a efervescência do momento é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, após treze anos de discussão no Congresso Nacional, figurando como uma lei um tanto contraditória para os ideais da educação pública, de qualidade e com espaço para ser exercida com liberdade.

Já no segundo capítulo intitulado O Desenvolvimentismo no Paraná e a Educação trata-se de apresentar o contexto sócio-econômico e educacional do Estado paranaense na década de 1960, que não foge à estrutura nacional de desenvolvimento e de ditadura militar. A ênfase dada refere-se a um modelo paranaense de desenvolvimento que acaba por adentrar ao próprio sistema estadual de educação em constituição.

No terceiro capítulo denominado Curitiba, o planejamento e a educação municipal, inicia-se realizando a análise da conjuntura histórico - social e educacional da época, partindo do próprio fundamento de cidade planejada no auge do regime militar, com a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo em 1965, do Plano Diretor em 1966 que faz alusão à educação.

Com isso, cria-se um órgão central de planejamento, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC). Este órgão torna-se responsável pelo planejamento físico de toda a cidade de Curitiba, incluindo a rede municipal de ensino. Neste sentido, em 1968 o IPPUC elabora o Primeiro Plano de Educação Municipal que elabora o mapeamento da educação na capital e mais tarde dará o início da rede municipal de ensino de Curitiba. Vale ressaltar que este plano foi inspirado na tendência nacional da chamada filosofia desenvolvimentista, e também carregou em seu bojo prescrições para a educação descritas pelo Estado do Paraná.

Finalmente, dentro dos limites deste trabalho monográfico, basicamente será realizado um balanço histórico das manifestações do desenvolvimentismo durante a década de 1960 até se chegar ao caso de Curitiba, refletindo como um projeto de uma ideologia nacional-desenvolvimentista foi capaz de adentrar todos os campos sociais e, em especial, a educação. O desenvolvimentismo, o planejamento e a educação caminharam juntas naquele momento.

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTISMO E A LEI N° 4024/61

No Brasil, ocorreu entre as décadas de 1930, 1940 e 1950 um período de rápida implantação do sistema industrial, que veio acompanhado de uma profunda modificação nas relações de trabalho ao introduzir cada vez mais o progresso técnico.

Nesta complexa sociedade brasileira do século XX, o pensamento econômico passa a ser gerido por um modelo desenvolvimentista provocando mudanças significativas na ordem econômica, política e social com a preocupação em substituir as importações com a facilitação da abertura para o mercado internacional.

Ainda na década de 1950, o Brasil começa a diminuir as importações e para tentar acelerar o desenvolvimento econômico nacional lança-se em acordos de cooperação estrangeira em busca de capital estrangeiro.

Assim sendo, o pensamento econômico da época estava politicamente engajado no processo de industrialização brasileira, com o desenvolvimentismo concedendo a unidade dos conceitos¹. Pode-se entender por desenvolvimentismo, segundo BIELSCHOWSKY (1995, p.7):

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõem dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso; é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”(BIELSCHOWSKY, 1995, p.7)

No contexto brasileiro da década de 1950, mais exatamente em 1955 o então candidato à presidência da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), anunciou como principal slogan de governo que faria cinquenta anos em cinco.

Logo que assumiu o governo instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico que deveria centralizar a formulação da política econômica, como um órgão central de planejamento e assessoria a presidência (o que na verdade nunca se concretizou) para acompanhar a execução de um dos maiores instrumentos de

¹ O desenvolvimentismo uniu tanto o pensamento econômico, como o político e social pela ideologia do desenvolvimento que almejava levar o Brasil ao progresso pela industrialização, saindo assim, da posição de país subdesenvolvido.

planejamento do período: o Plano de Metas.

Segundo BENEVIDES (1976, p. 210), “O objetivo principal do Programa de Metas era acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras’. Como fim último propunha elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego, visando ‘um futuro melhor’”.

De acordo com o que foi citado, uma das realizações mais importantes do período governista de JK, além da construção de Brasília, corresponde ao seu Programa de Metas, enfaticamente visto como um caminho para levar a “um futuro melhor” para o país e para a população brasileira. Na verdade, o que se tornou um conceito-chave para o período foi a idéia embutida no modelo de ciclo ideológico de desenvolvimento atrelado à economia, que influenciou a nova estrutura da sociedade e de suas instituições sociais, dentre elas, a escola.

O Programa de Metas incorporou aspectos de planos anteriores, principalmente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos existente desde 1951 e do grupo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) desde 1952. O programa governamental consistia do planejamento de trinta e uma metas, distribuídas em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, *educação* e a construção de Brasília como a meta-síntese. Explicitando as mesmas conforme BENEVIDES (1976 p. 210):

- energia (metas de 1 a 5: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refinação de petróleo);
- transportes (reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos - metas de 6 a 12);
- alimentação (metas de 13 a 18: trigo, armazéns de silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes);
- indústrias de base (metas de 19 a 29: aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico);
- educação (meta 30);
- construção de Brasília, a meta-síntese.

Conforme o exposto, as Metas auferiam um certo controle das incertezas políticas do momento ocasionadas pelo suicídio de Getúlio Vargas, pelo isolamento político do país e pela publicação da carta-testamento, gerando uma aparente estabilidade para o governo de JK. Esta estabilidade política foi também proporcionada pela manutenção do regime democrático, concedida pela

convergência dos interesses entre os partidos da aliança PSD / PTB² e com o Exército, ambos apoiando a política econômica do governo.

Quanto à meta de número trinta de importância para o presente estudo que se referia à *educação*, destacou-se segundo BENEVIDES (1976), como uma meta que fugiu ao controle dos órgãos administrativos, considerando-a como uma falha parcial do modelo. Mesmo assim, o setor de educação acabou por entrar no Plano de Metas pressionado pela falta de recursos humanos preparados para o previsto desenvolvimento industrial no país.

O Programa de Metas de Juscelino Kubitschek foi amparado desde o início por sua motivação desenvolvimentista, demonstrando isto na própria organização de sua política econômico-administrativa de acordo com BENEVIDES (1976 p. 212):

- a posição dos partidos (aliança PSD / PTB) em relação ao Programa de Metas (correspondendo ao processo fora do Estado).
- a administração paralela (corresponde às “repercussões verticais” dos processos dentro do Estado, assim como ao output legal e à percepção dos problemas no enfoque estratégico). A inflação e o capital externo.
- o papel da ideologia desenvolvimentista (corresponde ao nível do comprometimento ideológico das autoridades e à percepção dos recursos disponíveis e os meios legítimos para aumentá-los, no campo dos valores).

Neste momento, a sociedade brasileira, ou pelo menos suas elites intelectuais, de políticos e empresários começaram a perceber os novos rumos do momento em que a ideologia desenvolvimentista incorporou o discurso oficial do governo.

De acordo com FAUSTO (1999, p. 426-427), “os pressupostos do Programa de Metas mostram que, no governo JK, ocorreu uma definição nacional-desenvolvimentista de política econômica”.

Desde o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) a política econômica caminhou para a substituição das importações, com o fortalecimento e implementação da indústria nacional acentuando o processo no governo de Getúlio Vargas. A novidade do governo JK é que além do incentivo à construção das indústrias de base nacional foram abertas concessões para a entrada no país de crédito internacional.

A política de substituição de importações estava associada ao nacionalismo,

² O PSD corresponde à sigla do Partido Social Democrático e o PTB ao Partido Trabalhista Brasileiro.

entendido como uma forma de o Brasil sair do subdesenvolvimento e tornar-se uma potência autônoma.

Segundo RIBEIRO (1995, p. 153), “no transcorrer do governo de Juscelino, há a tentativa de conciliar o modelo político – nacional-desenvolvimentista – com o modelo econômico – substituição de importações (...), agora contando basicamente com a participação do capital estrangeiro”.

Assim sendo, o modelo político ganha uma dimensão meramente aparente, para ser ostentada em atos públicos. O conteúdo acaba por ser expresso no novo modelo econômico que passa a ser adotado com o predomínio de capital estrangeiro introduzido de forma direta a fim de controlar o setor industrial e principalmente a indústria automobilística.

Este capital entra por via de grandes empresas que já existiam internacionalmente, o que leva ao desmanche das pequenas e médias empresas ‘nacionais’ e com uma concentração generalizada no ramo industrial. Os bancos neste cenário envolvem-se em financiamentos de curto prazo, com lucros bem maiores, com a configuração de um capital bancário especulativo.

Os nacionalistas defendiam a necessidade de o Estado portar-se como controlador da infra-estrutura de transporte, de comunicação, de energia e da indústria de base, ficando nas mãos de empresas privadas nacionais as demais atividades econômicas. Como já visto, no governo de JK o Estado continuou concentrando uma ampla atividade no setor de infra-estrutura e no incentivo direto à industrialização, além de atrair para o país capitais estrangeiros.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo sintetiza, pois, uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK, pronunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964. (FAUSTO, 1999, p. 427).

Considerando uma vitória da tecnologia que foi amparada pela política desenvolvimentista e que logrou uma certa estabilidade para o período, o Brasil passou a viver o período “áureo” do plano econômico desenvolvimentista, com a possibilidade de maior número de empregos, ainda que concentrando os lucros em setores minoritários internos e principalmente externamente.

No campo educacional, seguindo os rumos do discurso oficial a escola passou a ganhar um papel preponderante e necessário ao sucesso das metas

políticas. As condições de desenvolvimento seriam proporcionadas pela educação e geradas pela expansão do setor industrial.

A educação pretendia ir muito além da simples oferta de mão-de-obra, teria o compromisso em possibilitar a produção, a reprodução e a qualificação da mão-de-obra, visando em última instância o aumento da produtividade e a expansão da acumulação.

Segundo RODRIGUES (1987, p. 16), “no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) aproximou-se à educação do projeto de desenvolvimento, ao se formular um plano educacional voltado para a formação de técnicos necessários ao sucesso do projeto”.

A escola seria para esse projeto um dos aparelhos de maior peso na eficácia das ações, porque poderia aprimorar a formação da força de trabalho e ainda inculcar ações desejáveis ao Estado, que jogava simultaneamente com a ideologia nacionalista e com uma política econômica internacionalizante.

A educação ganhou uma conotação política ao derivar deste discurso econômico, isto é, derivou da formulação dos planos de desenvolvimento econômico e social, não os antecedendo.

O papel da educação se desdobra em vários níveis: diretamente na produção, como fator de aumento da produtividade; na organização da produção, preparando recursos humanos necessários a seus planejamento e controle; na ordem social, agindo a nível das consciências dos membros da sociedade e difundindo a ideologia da sociedade do bem-estar, como possibilidade de progresso econômico difundido pelo capital; e ainda na formação dos recursos humanos futuros para o processo de produção. (RODRIGUES, p. 1987, p. 113).

Assim, o papel da educação se firmaria em vários níveis: relacionado ao processo de produção com vistas ao aumento da produtividade, na organização e preparação de recursos humanos, no planejamento e controle social, visando à formação de capital humano.

Assim sendo, a teoria do capital humano anunciada pelo economista americano SCHULTZ (1973), que na década de 1960 passou a influenciar a teoria desenvolvimentista brasileira equacionada ao espaço educacional.

SCHULTZ (1973), defendeu a existência de um novo tipo de capital, isto é, o capital humano. Para ele era óbvio que as pessoas adquiriam capacidades e conhecimento úteis, mas não era tão óbvio pensar que eram uma forma de capital, um produto do investimento deliberadamente crescente nas sociedades ocidentais,

constituindo-se como uma singularidade do sistema econômico.

Para o autor, o que chamamos de consumo na verdade seria um investimento em capital humano, tendo como característica distintiva a não separação do homem. Neste sentido, pensando na ideologia desenvolvimentista brasileira, o esforço qualitativo de formação humana por meio da educação, abriria espaço para uma ampliada e melhorada produtividade.

Mundialmente, os grandes investimentos das pessoas em si mesmas por meio da formação, pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico representariam uma própria superioridade produtiva para os países tecnologicamente avançados.

Quando investe-se em seres humanos por meio da educação, do treinamento, dentre outros, os retornos são produzidos em grandes períodos, ultrapassando a validade material de funcionamento de uma nova tecnologia.

Segundo SCHULTZ (1973, p. 53), “a característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. (...) Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo”.

Tal concepção de educação vinculada ao projeto desenvolvimentista nacional propunha um papel dissimulador ao relacioná-la ao setor produtivo, retirando de si própria qualquer forma de autonomia e a subordinando-a a economia. E esta concepção passou a transformar a educação em um instrumento de reprodução ideológica.

Por isso, no caso brasileiro a própria ideologia desenvolvimentista não deixou de mencionar a educação como meta para se chegar ao projeto industrial de governo.

Neste sentido, relacionando a teoria do capital humano de SCHULTZ (1973) ao Programa de Metas instituído pelo governo JK (1956 – 1961), a educação torna-se uma preocupação mundial e nacional, legitimada como um bem indispensável ao desenvolvimento econômico e industrial.

O Programa de Metas brasileiro ao abrir espaço aos investimentos estrangeiros influenciado pela conjuntura mundial, pretendeu investir em capital humano, pensando em uma formação de mão-de-obra para a indústria, evitando que

a falta de formação educacional adequada à população fosse um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento industrial a que se queria chegar.

Na época, o novo modelo econômico desenvolvimentista tinha como palavra de ordem aprofundar o processo de industrialização, ganhando destaque à instalação da indústria automobilística brasileira.

O período também foi marcado pelo otimismo associado pelas grandes realizações do governo JK como da construção de Brasília. Quanto à educação, seguindo os pressupostos de ROMANELLI (1988 p. 26-27):

Quando se trata de estudar o problema das relações entre desenvolvimento e a educação, o mais comum é a limitação do conceito de desenvolvimento ao seu exclusivo aspecto econômico. Na verdade, os indicadores que mais facilmente se evidenciam nessa relação são os que se referem à Economia (...) O crescimento da demanda social de educação pode ser tomado como outro indicador de necessidades do desenvolvimento, uma vez que ele revela aspectos sociais do desenvolvimento, por traduzir o aparecimento e crescimento de novas camadas, assim como a evolução de uma consciência social do valor da educação.

Conforme o citado, o período é marcado por mudanças no modelo econômico que influenciaram o próprio social e a própria demanda de educação. O desenvolvimentismo que fora marcado pelo nacionalismo começa a entrar em contradição com o início da internacionalização da economia no governo JK (1956-1961), sendo reflexo do resultado da maior presença das multinacionais.

Na educação é o momento do debate até então nunca visto, da discussão do anteprojeto que aprova a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961, sendo o momento do final do governo de JK e o início do governo de Jânio Quadros.

No quadro político e econômico da época assume a presidência da República em 1961 o então presidente Jânio da Silva Quadros, começando a sua gestão com a aplicação de medidas polêmicas com a proibição do lança-perfume, do uso do biquíni e das brigas de galos, sendo o primeiro governo a tomar posse em Brasília.

Na área financeira anunciou um plano de combate aos problemas deixados pelo governo de JK como, por exemplo, o volume crescente da dívida externa, o *déficit* orçamentário e a inflação, que acabaram por gerar grande instabilidade social.

Segundo FAUSTO (1999, p. 440), “o novo presidente optou por um pacote ortodoxo de estabilização, envolvendo forte desvalorização cambial, contendo gastos públicos e da expansão monetária. Os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que provocou uma elevação de 100% no preço do pão e

dos combustíveis”.

Externamente o ato foi bem aceito pelos credores do Brasil, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e até novos empréstimos foram concedidos pelos E.U.A., com o apoio do presidente americano, na época Kennedy.

Durante o curto governo de Jânio Quadros, quanto à *educação*, foi firmado um convênio com a Igreja Católica criando o Movimento de Educação de Base (MEB) em março de 1961, como um movimento de cultura popular que inicialmente agiria nas áreas de subdesenvolvimento brasileiro, como do Norte e Nordeste do país. Entendiam a educação como uma forma de comunicação capaz de modificar o mundo.

Segundo CUNHA (2002, p. 27), “o MEB foi o único movimento de educação e de cultura popular que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964 por força do convênio com a União que fixara as datas-base de 1961/65. (...) ‘perdeu as suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental”.

Já em agosto de 1961, o governo começou a afrouxar as medidas de contenção financeira, mas não colocando em prática novos rumos políticos. Ainda na questão política não contava com o apoio no Congresso dos partidos PSD e PTB. Contudo, Carlos Lacerda, que acabara de assumir como governador da Guanabara no Rio de Janeiro se opôs a Jânio Quadro, e também a União Democrática Nacional (UDN) queixava-se por não ser consultada sobre ações políticas do governante.

Então em 24 de agosto de 1961, Lacerda declarou pelo rádio em seu discurso de posse do governo da Guanabara que o presidente havia pensado uma tentativa de golpe e o convidara para participar do mesmo, mas as acusações não foram confirmadas. No dia seguinte, com apenas sete meses de governo, Jânio Quadros anunciou ao Congresso Nacional sua renúncia da presidência da República.

De acordo com a Constituição brasileira, não havia dúvida que em caso de uma sucessão de Jânio assumiria o seu vice-presidente João Goulart. Como forma de resolver a crise, o Congresso modificou o sistema de governo do presidencialismo para o parlamentarismo, com Goulart assumindo a presidência em 07 de setembro de 1961 com poderes diminuídos.

Para FAUSTO (1999, p. 443), “desse modo o parlamentarismo, proposto por muitos como uma fórmula capaz de dar maior flexibilidade ao sistema político, entrou em vigor pela porta dos fundos. Utilizado como simples expediente para resolver

uma crise, não poderia durar muito, como de fato não durou”.

Com a posse de João Goulart (1961- 1964) em um momento de crise política marcado por um curto período parlamentarista, o chefe do poder Executivo exerceria a função de primeiro –ministro (na época o primeiro-ministro era Tancredo Neves que permaneceu na função até 1962) e não o presidente.

No governo parlamentarista de João Goulart em outubro do mesmo ano foi promovido um programa de educação por Tancredo Neves, como chefe do primeiro gabinete parlamentar.

Segundo CUNHA (2002, p. 12), “o programa do premier Tancredo Neves foi identificado (...) como tendo os seguintes objetivos, a serem alcançados em cinco anos: a expansão e o aprimoramento da rede escolar comum; a recuperação dos analfabetos e insuficientemente alfabetizados para a Nação; a extensão dos benefícios da cultura a todos os brasileiros; o incentivo à criação artística, intelectual e científica”.

Mesmo quando a crise institucional em 1962 ficou mais séria, o parlamentarismo tomou duas medidas educacionais em forma de decreto: da Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (decreto nº 51471, de maio) e do Programa de Emergência para o Ensino Primário e Médio (decreto nº 51552, de setembro).

O primeiro decreto claramente demonstrou que deveria existir um entrosamento da alfabetização e da educação de base com o próprio problema do desenvolvimento econômico e social, não passando apenas de intenções. Já o segundo decreto do então ministro Darcy Ribeiro pretendia firmar um programa de emergência na construção de salas de aulas que se estenderia até os municípios.

Segundo CUNHA (2002, p. 12), afirmou que “o Programa de Emergência redescobria o município como ‘núcleo operativo em que se processa a ação educacional’”, dando ênfase ao nosso ver à importância de um investimento na educação municipal, em um período marcado pelos ditames da LDB de 1961.

Seguindo os acontecimentos políticos, o presidente João Goulart acabou por conseguir em 1963, o apoio do Congresso Nacional e da classe operária representada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria com a aprovação de um plebiscito para a volta do presidencialismo. Para que isso ocorresse foi antecipada a consulta popular do plebiscito que só se daria em 1965.

O movimento operário merece uma referência especial. A posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. Ele deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas e os intelectuais formuladores da política do governo, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas reformas de base. Elas abririam um leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. (...) Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas. (FAUSTO, 1999 p. 447)

Mais intencionalmente o que João Goulart propôs em meados de 1963 até 1964 foi à união e adequação do modelo político nacional-desenvolvimentista ao novo modelo econômico, que propunha mudanças na Constituição por tentar legalizar uma nova estrutura social, que conforme afirmava encontrava-se ultrapassada e era injusta e desumana. Os principais itens das reformas de base do seu governo eram, conforme RIBEIRO (1995 p. 156):

1. Reforma agrária, com emenda ao artigo da Constituição que previa a indenização prévia em dinheiro;
2. Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos (...);
3. Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra;
4. Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República;
5. Consultas à vontade popular, através do plebiscito para o referendun das reformas de base.

Contudo, neste curto espaço de tempo, socialmente ocorreram avanços nos movimentos sociais como das Ligas Camponesas, movimento este já iniciado em 1955 como forma de evitar que os camponeses fossem expulsos de suas terras.

Este e outros movimentos foram impulsionados principalmente pelo crescimento urbano, pela rápida industrialização, pelas mudanças na posse e na utilização da terra, pela valorização da mesma e pelas migrações do campo para as cidades em busca de novos trabalhos, num período de difícil situação financeira do país.

Nos planos políticos e sociais do governo de Goulart instaura-se a sustentação de um novo populismo³, que contava com o apoio de uma grande

³ Segundo WEFFORT (1978, p.61) "o populismo, como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas

massa de desvalidos e trabalhadores.

As reformas de base evidenciaram no país medidas nacionalistas de ampla intervenção do Estado na vida econômica, com a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, por exemplo, regulamentando também as remessas de lucros enviados ao exterior e a extensão do monopólio da Petrobrás.

Mesmo num clima de aparente conspiração, o governo de Jango⁴ propôs para a educação algumas medidas de grande importância para o momento. Segundo CUNHA (2002 p. 14):

A República de Jango, iniciada em 1963 por força do plebiscito, apesar do clima de conspiração, ainda teve tempo de propor à nação:

- a) O Plano Nacional de Educação (PNE, oriundo do Conselho Federal de Educação);
- b) O Plano Trienal de Celso Furtado, que encampou o PNE;
- c) A Comissão de Cultura Popular, criada junto ao gabinete do ministro, com atribuição de implantar o Sistema Paulo Freire, em Brasília (junho);
- d) O Plano Nacional de Alfabetização – PNA (decreto 53465, de janeiro de 1964) que oficializou, a nível nacional, o Sistema Paulo Freire (...).

Infelizmente, após o golpe militar em abril de 1964 o Plano Nacional de alfabetização foi extinto com uma das primeiras tentativas de alfabetização de adultos a nível nacional.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962 suas metas destinavam-se a educação pública para serem atingidas num prazo de oito anos, com sua exigência tendo surgido na própria LDB nº4024/61. Segundo AZANHA (1998 p. 112):

O Plano de 62, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tinha outro caráter. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. É claro que elas representavam opções políticas para os rumos da educação pública brasileira em todos os níveis, mas opções cujas coordenadas já estavam estabelecidas na LDB. (...) apenas estabelecia determinados critérios para os esforços articulados da União, dos estados e dos municípios na aplicação dos recursos destinados à educação. (...) O Plano de 62 sofreu uma revisão em 1965. Essa revisão – a primeira feita após a Revolução de 64 – teve um caráter fortemente descentralizador e incluiu normas tendentes a estimular a elaboração de planos estaduais.

Quanto às reformas sociais do período, eram novas formas de modernizar o capitalismo e de tentar reduzir as profundas desigualdades sociais do Brasil pela ação do Estado, mesmo que contando com a resistência da classe dominante, dos

aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico”.

⁴ Jango era o apelido dado ao presidente João Goulart.

latifundiários e da burguesia nacional. Mesmo assim, a inflação não deu trégua passando de “26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962”. (FAUSTO (1999 p. 455).

Neste terrível dilema, foi instituído pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado, o Plano Trienal que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação, tentando resolver os problemas a curto e a longo prazo. Infelizmente o Plano fracassou com o aumento do funcionalismo e da inflação, com a economia como um todo dando sinais de declínio e com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,3% em 1962 para 1,5% em 1963.

As pressões populares dos trabalhadores urbanos e rurais, dos intelectuais de esquerda, dos estudantes foram inevitáveis de um lado, e de outro, houve a agressiva reação dos proprietários de terras, de alguns militares conservadores, dos capitalistas estrangeiros e da classe média, interessados num Estado forte capaz de salvar a economia e controlar as tensões populares pela força.

Goulart em outubro de 1963, descartando a resolução dos conflitos pela via democrática e inspirado pela ordem militar, tendo como justificativa a necessidade de restabelecer a ordem propôs ao Congresso Nacional um estado de sítio de trinta dias, com o ato fracassando e gerando insatisfação e suspeitas por parte tanto da direita como da esquerda ao governo.

Na efervescência do momento já em 1964, havia muita conspiração dos militares e civis contra João Goulart. Em seu comício realizado em 13 de março de 1964 na Estação Central do Brasil (Rio de Janeiro) foi o momento de aceleração de sua queda. Desconsiderando o Congresso assinou a Reforma Agrária desapropriando terras ao longo de rodovias, de ferrovias e açudes.

Alguns dias depois em 19 de março de 1964 foi realizada uma marcha denominada “Da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, com a participação de senhoras católicas e da ala conservadora da igreja, ligados à oligarquia latifundiária, em defesa da propriedade privada e contra a reforma agrária. O clima propício para o golpe esquentou mais com a Associação dos Militares protestando por melhores vencimentos.

Os últimos momentos de Goulart como presidente da República foram marcados por uma visão política um tanto equivocada da política e pelo golpe militar. Segundo FAUSTO (1999 p.460-461):

Quando Jango realizou um último gesto perigoso, indo discursar no Rio em uma assembléia de sargentos, o golpe já estava em marcha. Ele foi precipitado pelo general Olímpio Mourão Filho, envolvido no sombrio episódio do Plano Cohen em 1937. Com o apoio do governador Magalhães Pinto, Mourão mobilizou a 31 de março as tropas sob seu comando sediadas em Juiz de Fora, deslocando-se em direção ao Rio de Janeiro. A situação se definiu com rapidez inesperada, pois aparentemente um confronto entre tendências militares opostas parecia inevitável. No Rio de Janeiro, Lacerda armou-se no interior do Palácio Guanabara, à espera de um ataque dos fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, o que não ocorreu. A 1º de abril, Goulart voou para Brasília e evitou qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue. As tropas do II Exército sob o comando do general Amauri Kruehl, que se deslocavam pelo Vale do Paraíba em direção ao Rio, confraternizaram-se com as do I Exército. Na noite de 1º de abril, quando Goulart rumara de Brasília para Porto Alegre, o presidente do senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares.

Conforme o exposto, a derrocada militar marcava o fim do período democrático brasileiro que havia perdurado de 1945 a 1964 e os militares assumiram o poder com o intuito de instaurarem um regime autoritário, de manterem a ordem social, a hierarquia e controlar os possíveis ataques do comunismo, pois, a desordem justificava a intervenção.

Para GHIRALDELLI (1992, p.164), “na verdade, a ditadura não foi exercida pelos militares; ela foi exercida pelo pacto entre a tecnoburocracia militar civil com a burguesia nacional e as empresas multinacionais. Pode-se falar, então, em ditadura do capital com braço militar”.

Assim, o golpe provocou uma mudança política, apenas ajustando o modelo econômico à ideologia do desenvolvimento com segurança, num incremento e facilitação do capital estrangeiro no Brasil.

Fragilmente o governo de Goulart acreditava que o Exército era partidário das reformas que foram propostas. Seu governo ficou sem ação, porque mesmo com o apoio popular da classe operária não era capaz de fustigar as forças armadas, que não se dividiram.

O seu modelo econômico de desenvolvimento nacional autônomo e o seu modelo político populista estava esgotado, numa sobrevida prestes a desaparecer. A ditadura militar mesmo com disfarces resultou, conforme FAUSTO (1999, p.462) “das circunstâncias e da opção dos atores políticos”.

Assim, em 31 de março de 1964 foi lançado pelos militares um movimento de disfarce que propunha livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia. O que de fato aconteceu foi um golpe que instituiu mudanças no país pelos decretos denominados Atos Institucionais (AI), indo do AI 1 ao AI 5.

Contudo, assume a presidência da República em abril o primeiro marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 - 1967), que de início não desejava implantar uma verdadeira ditadura. O golpe foi dado em nome da democracia, mas na verdade acabou por instituir gradativamente a ditadura militar. Segundo GERMANO (1992 p.53-54):

Assim, não obstante o golpe ter sido desferido em nome da democracia, o que de fato ocorre é uma implantação gradual da ditadura militar, cujo suporte doutrinário é a Ideologia da Segurança Nacional (...). tal ideologia é fortemente influenciada pelos valores e interesses dos E.U.A, expressos em conformidade com os pressupostos da Guerra Fria, qual seja, o da existência de uma intransponível antagonismo Leste-Oeste, entre as 'democracias capitalistas ocidentais-cristãs' e o 'comunismo'.

A nova ideologia que passou a vigorar no regime ditatorial como já citada, era da segurança nacional que em linhas gerais idolatrava o poder e a potência, com um inimigo comum a combater que seria a subversão, combatendo até mesmo as instituições difusoras das idéias como a escola, as universidades e as igrejas ou onde se pudesse levar a população a ações contra o Estado como os sindicatos e as associações, sendo assim, a política agiria como a continuação da guerra por outros meios.

Para ROMANELLI (1988, p.209), "nenhum Estado capitalista, portanto, pode prescindir de uma ideologia de justificação que dá conteúdo e substância à sua ação. Num país dependente, a essa ideologia, evidentemente alimentada pelas camadas ou grupos detentores do poder, corresponde, se não a ideologia alimentada pelas camadas dirigentes dos países centrais, pelo menos o reflexo dela".

Assim travaram-se acordos do MEC com a agência americana considerada confiável a USAID, denominados de acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura; *United States Agency for International Development*), com o Brasil recebendo assistência técnica e financeira para implantar a reforma educacional, com estratégias para levá-la a atingir uma maior produtividade e desenvolvimento, propondo que este fosse pacífico com a formação de um espírito cívico e moral. Ainda, conforme ARANHA (1989 p. 254-255):

A partir disso desenvolve-se uma reforma autoritária, vertical, domesticadora, que visa atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política econômica norte-americana para a América Latina.
A reforma-se assenta-se em três pilares:

- educação e desenvolvimento: visando a formação de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país quanto à mão-de-obra especializada para um mercado em expansão.
- educação e segurança: visando a formação do cidadão consciente. Daí a introdução de disciplina sobre o civismo e problemas brasileiros (Educação moral e Cívica, Organização social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros).
- educação e comunidade: visando estabelecer relação entre escola e comunidade, com a criação de conselhos de empresários e mestres.

De acordo com o citado, a educação nesses acordos MEC-USAID que transcorreram de junho de 1964 a janeiro de 1968, num total de doze, se estenderam por todos os níveis de ensino.

Introduziram no Brasil uma pretensa reforma que de fato acabou com a autonomia das universidades, gerou uma profissionalização de uma mão-de-obra barata que manteve a dependência com os países desenvolvidos, impôs disciplinas sobre o civismo como forma de perpetuar a ideologia da ditadura, extinguindo a sociologia e a filosofia e diminuindo a carga horária da história e da geografia, e ainda empreendeu um modelo de empresa na educação, introduzindo um modelo escolar burocratizado e hierárquico. (ARANHA, 1989)

O montante da ditadura se deu pelos Atos Institucionais, do AI 1 ao AI 5, que vigoraram no país de 1964 a 1969. O AI 1 de 10/4/1964, baixado pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, manteve a Constituição de 1946 com algumas modificações e o funcionamento do Congresso e limitou a sua vigência até 31 de janeiro de 1966.

Tinha como medidas reforçar o Poder Executivo e limitar a atuação do Congresso. Segundo FAUSTO (1999, p. 466), “o presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser aprovados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; caso contrário, seriam aprovados”.

Assim, como o tempo de tramitação dos projetos no congresso normalmente demoravam, tornou-se comum à aprovação dos mesmos pelo Executivo. O AI 1 também estabeleceu eleições para o novo presidente da República, que foi empoçado por votação indireta do Congresso.

O novo presidente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, tinha como plano político instituir uma democracia restringida e um plano econômico que reforçasse o sistema capitalista regido pelo desenvolvimentismo.

O presidente Castelo Branco baixou o AI 2 em 17 de outubro de 1965,

acabando com as eleições diretas para presidente, extinguiu os partidos políticos existentes e impondo o bipartidarismo, isto é, com a existência de dois partidos: da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No primeiro, muitos dos membros que haviam pertencido a UDN e no segundo, reunia a oposição formada por figuras do PTB e do PSD.

Um ano depois, em 1966 foi decretado a AI 3 que estabelecia eleições indiretas tanto para governadores como para os prefeitos das capitais brasileiras. Em janeiro de 1967 foi reaberto o Congresso Nacional, que estava fechado desde 1966, sendo convocado pelo AI 4 para apenas aprovar a Constituição.⁵

Assume no mesmo ano a presidência da República o general Artur da Costa e Silva (1967 a 1969), escolhido pelo comando militar de Castelo Branco para sucedê-lo. Quanto a sua política econômica, visava como o governo anterior o crescimento da produção nacional reforçando a ideologia desenvolvimentista e aumentou ainda mais os investimentos externos com os credores aceitando renegociar a dívida externa.

A política foi de abertura do crédito bancário e de arrocho salarial para que o governo militar pudesse garantir maiores lucros. Seu ministro da Fazenda, Delfim Neto, criou um Plano de Desenvolvimento Econômico antiflacionário e desenvolvimentista, com o Estado controlando a economia e os salários.

As ameaças de insegurança sentidas economicamente e socialmente atingiram todas as atividades relacionadas com o fazer educativo, principalmente com o Ato Institucional nº 5 (AI 5), que em 1968 retira dos cidadãos brasileiros todas as garantias individuais, públicas ou privadas e instituiu plenos poderes ao presidente da República para atuar como poder Executivo e Legislativo.

Segundo FAUSTO (1999, p. 480), “o presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia, além disso, intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores (...) Um dos aspectos mais trágicos do AI 5 consistiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar”.

O ano de 1968 foi marcado por agitações políticas e sociais no Brasil e em

⁵ Com a Constituição de 1967 foram ampliados os poderes do Executivo especialmente em matéria de Segurança Nacional. Reafirmou-se as eleições indiretas, diminuíram-se os poderes do Legislativo e a autonomia dos Estados, restringiu-se o direito de greve e foi decretado o mandato do presidente da República e do vice-presidente seria de quatro anos.

todo o mundo e ao contrário dos atos anteriores AI 5 não tinha prazo de vigência, durando até 1979.

Como vemos, o regime ditatorial acabou pondo em prática a luta e a violência armada, com a radicalização política e a organização de guerrilhas urbanas e rurais.

Na educação, representou um momento de perdas profundas que contrariaram os ideais de educação lançados pelos movimentos populares, pelos Planos de Educação e principalmente pela LDB nº4024/61.

1.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº4024/61

Na educação havia sido aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024 de dezembro de 1961 após treze anos de discussões iniciadas em 1948 com o primeiro anteprojeto, que correspondia a uma exigência da Constituição Federal de 1946.

Conforme FURTADO (1960), em 1948 o Poder Executivo havia enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei educacional elaborado por educadores, não sendo aprovado por influência do deputado Gustavo Capanema. O mesmo era ex-ministro da educação e contrário a normas legais que alterassem o sistema de ensino que vigorava na época, como as propostas da descentralização do ensino e da implantação de sistemas estaduais de educação.

A pretensa lei de educação somente voltou a ser discutida em 1951 pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que teve que reconstituir o processo e reiniciar os estudos, mas que somente em 1957 pôde encaminhar a discussão em plenária. Apesar de todas as dificuldades de se chegar a um consenso o projeto sempre esteve em discussão na Câmara e nos Congressos de ensino universitário.

Na verdade, apenas em 1958 é que a Comissão de Educação presidida pelo ministro Clóvis Salgado, em companhia dos professores Lourenço Filho, Almeida Júnior, Anísio Teixeira e Pedro Calmon se manifestou sobre as emendas oferecidas para a elaboração de um projeto substituto, como uma forma de atualização do projeto inicial.

Quando este substituto foi à plenária em fins de 1958, para a segunda discussão do projeto, é

termos legais que o ensino poderia ter a liberdade de tanto ser público como privado. Celebrou a descentralização do ensino, com o governo federal se encarregando das metas, de ações técnicas, supletivas e financeiras.

Conforme ROMANELLI (1988, p. 179), apesar dos ganhos e das perdas “uma coisa é certa (...) que nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas (...), nem tampouco de retardar por si só, o ritmo do progresso de uma sociedade”.

Uma lei para tornar-se efetiva precisa de condições para isso, que vão desde a integração com as demais reformas econômicas e sociais. Necessita de uma infraestrutura básica para ser aplicada e de adequar ao que almeja o contexto social ao qual se destina.

Em alguns pontos a LDB como anunciada tornou-se obsoleta ou tardia como podemos citar a não referência na lei da internacionalização do mercado, da omissão da realidade social desigual do Brasil. Ao invés disso consagrou um caráter seletivo da educação e de uma proclamação vazia da educação como direito e dever de todos.

É interessante notar em autores da época reações contraditórias em relação à lei como por exemplo de FONTOURA (1968) que considerou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 4024/61 com um espírito progressista por pretender traçar os novos rumos da educação brasileira em prol do desenvolvimento nacional, lei que já estava sendo aguardada desde a Constituição de 1946, ao mesmo tempo em que afirma que a lei já havia nascido velha por ter sido esperada por dezesseis anos, tempo que ficou em discussão no Congresso Nacional.

Durante este tempo, muitas modificações sociais foram evidenciadas no mundo, mas tudo isto ficou indiferente à lei, tornando-se alguns pontos atrasada, sendo “incapaz de dar à Educação Nacional o papel de vanguarda do desenvolvimento brasileiro.” (FONTOURA, 1968, p.4)

Devemos atentar para o fato de que a promulgação da lei gerou as mais variadas atitudes entre os estudiosos. Conforme ROMANELLI (1988, p. 179), “indo desde o otimismo exagerado de alguns, que a tacharam até de ‘carta de libertação nacional’, passando pela atitude de reserva de outros, até a do pessimismo extremado dos que se debateram contra ela”.

Conforme o comentário da época, a lei tentou fixar-se em uma verdadeira posição filosófica, ou melhor, dizendo, numa posição ideológica, com relação às

próprias concepções de vida social e encontrava-se atrelada à filosofia do liberalismo.

Para tanto, a realidade se sobrepôs à lei, porque ao anunciar fins genéricos e universais como do direito de educação para todos não pôde fazer restrições a estes fins. Mesmo assim descaracterizou a obrigatoriedade do ensino primário e ausentou o poder público de qualquer obrigação, mantendo a velha estrutura de ensino dividido em: pré-primário, primário, médio subdividido em ginásial e colegial e superior.

FONTOURA (1968) contraditoriamente defendia concomitantemente duas idéias: da posição governista que primava por uma educação visando formar um capital humano capaz de desencadear um grande desenvolvimento industrial para o país, no contexto ainda reinante da ideologia nacional-desenvolvimentista e de uma segunda posição defendida pelos movimentos populares de educação, que lutavam por um ensino democratizante que integra-se principalmente a população menos favorecida.

Nos parece que tais posições não eram tão antagônicas para a época, já que a ideologia nacional-desenvolvimentista passou por todas as instâncias sociais, não ficando a educação fora destes princípios. Quanto aos movimentos populares de educação como o de Paulo Freire até 1962 foi uma área muito defendida, sendo incorporada inclusive nos programas governamentais como de João Goulart, como vimos.

Para FONTOURA (1968) existiam duas posições antagônicas voltadas à educação: os estatistas que lutam em favor da escola pública e os privatistas, que fazem tudo em prol das escolas particulares.

Ele ainda destaca as “coisas boas da lei”, é que ela liquida com a absurda ditadura pedagógica do poder central do Ministério da Educação e instaura o Regime de Colegiado. Nele tanto o governo federal como os Estados, deveriam entregar grande parte dos assuntos educacionais aos Conselhos de Educação, que impediriam que uma só pessoa impusesse a sua vontade aos meios educacionais.

Destaca também na LDB de 1961 ações que consideraria “más” como: centralização ministerial absurda do ensino, vencida no ensino médio, mas que vigorou no ensino superior; os programas de ensino ofertados de forma oficial; a rigidez dos Conselhos de Educação Estaduais; o vestibular, mantido como concurso de habilitação ou exames vestibulares para o ingresso nas universidades, tendo

como crítica de que esses exames não deveriam reprovar, mas sim classificar os candidatos segundo as suas capacidades, dentro do número de vagas existentes.

O grande problema da educação na época seria a falta de educação, isto é, a falta de elementos humanos devidamente capacitados. Conforme FONTOURA (1968, p.39), “exatamente porque a escola é insuficiente para educar o povo, é que nos últimos vinte anos tem tomado enorme incremento, nos países subdesenvolvidos, um novo método educacional, que se chama desenvolvimento de comunidade. O veículo natural da educação é a escola (...), não há escolas suficientes para o povo”.

A educação popular encontrava-se silenciada na LDB, entendida como aquela ofertada pelo poder público e que deveria destinar-se às camadas populares, que estavam fora da escola.

Para RIBEIRO (1995, p. 173), os movimentos de cultura popular “por desenvolveram atividades mais amplas e sistemáticas, tendo a alfabetização e a educação de base como fundamentos, requeriam muitos recursos e só podiam funcionar se contassem com apoio oficial. Por isso, restringiu-se, praticamente, a Pernambuco (Prefeitura de Recife) e Rio Grande do Norte (Campanha’ De pé no chão também se aprende a ler’”.

Assim, destacando os movimentos de educação popular no Brasil, são provenientes da década de 1960, tendo o objetivo de proporcionar a população adulta uma ativa vida política por meio da alfabetização, realizada por meio de métodos diferenciados como de Paulo Freire⁶.

Seguindo, FONTOURA (1968) também realizou uma análise quanto à educação para o desenvolvimento. Para ele, a palavra de ordem na época para o mundo inteiro era o desenvolvimento, que não pode existir sem a preparação do homem para o trabalho.

A falha da filosofia desenvolvimentista de um dos últimos governos brasileiros (refere-se aos governos do pré-64) foi precisamente essa de subestimar o valor do homem, do elemento humano, pensando-se em desenvolvimento apenas em termos de indústrias, de estradas colossais, cidades monumentais. No programa de “METAS” do Governo previa-se aumento na produção de eletricidade, de aço, de cimento, de gasolina, de tudo, menos (...) na educação do povo! (FONTOURA, 1968, p.44)

⁶ Segundo ARANHA (1989, p. 268), “Paulo Freire é um dos grandes pedagogos da atualidade, não só no Brasil mas no mundo inteiro (...) suas primeiras experiências educacionais são efetuadas em 1962 em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde 300 trabalhadores do campo se alfabetizam em 45 dias. (...) com o golpe militar de 1964, é preso e passa 14 anos exilado”.

Continua enfatizando que o Brasil precisava educar o seu povo, mas a educação não pode ser de qualquer tipo, dada dentro de um ensino teórico decorativo, pois, não poderia existir educação nacional sem a mudança de métodos de ensino, que precisavam tornar-se mais dinâmicos, dando mais ênfase aos cursos técnicos, sem prejuízo dos demais.

Finalmente, este capítulo apresentou brevemente no plano econômico, político, social e educacional o Brasil na década de 1960, mediado por uma visão ideológica nacional-desenvolvimentista.

A ideologia foi adequada à educação como um dos campos de maior importância para se obter um capital humano indispensável na tentativa da elevação do país a uma grande potência, principalmente na área industrial.

A LDB n°4024/61 segue esses direcionamentos ao ser aprovada no final de 1961, dando o importante passo de unificar e descentralizar o sistema de ensino, concedendo aos estados uma considerável margem de autonomia. No tocante à ditadura militar, ocorreu uma progressiva centralização política e administrativa, como uma contramarcha ocorrida no processo de descentralização, mesmo que ainda mergulhada na aparente ideologia desenvolvimentista, como veremos a seguir no Estado do Paraná.

CAPÍTULO 2: O DESENVOLVIMENTISMO NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO

Ao pensarmos demograficamente o Paraná na década de 1960 segundo dados do “Documento Base para a Implantação do Sistema de Ensino” de 1971, verificamos que o Estado alcançou no período o quinto contingente populacional do país devido à expansão da cafeicultura que absorveu grande quantidade de mão-de-obra. As migrações intra-estaduais também afetaram a redistribuição regional da população que começou a se deslocar com mais intensidade para a área urbana.

No Paraná, ocorreu uma maior convergência tanto da industrialização quanto da urbanização, que deve ser refletida a partir da conjuntura histórica.

Quanto à urbanização, pode-se considerar um fenômeno relativamente recente porque até 1950, além de Curitiba, a população se distribuía em núcleos de até 10.000 habitantes. Com isso entre 1950 a 1960 ocorreu um aceleração da população urbana, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1 - ESTADO DO PARANÁ: POPULAÇÃO
EVOLUÇÃO URBANA: 1940 – 1970

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1940	1.236.276	302.272	24,5
1950	2.115.247	528.288	25,0
1960	4.296.375	1.327.982	30,9
1970	6.997.682	2.546.899	36,4

Fonte: PARANÁ (1971, p.8)

No Paraná, o processo de industrialização passa a coincidir com a intensificação das políticas imigratórias e com o auge do Ciclo da Erva-mate, da madeira e depois do café.

O processo de industrialização brasileiro ganhou um verdadeiro impulso a partir da década de 1960, com as medidas intervencionistas do Estado que promoveram a industrialização. Essas medidas de plano nacional e regional trouxeram modificações visíveis principalmente nos métodos de trabalho, com o assalariamento do mesmo e a introdução de novas técnicas.

Quanto à questão da ideologia desenvolvimentista e do intervencionismo estatal desenvolvidos no capítulo 1, o Estado formulou no período pelo Executivo um “modelo paranaense” para o projeto de desenvolvimento, repetindo localmente o que se evidenciava no âmbito nacional.

Conforme AUGUSTO (1978, p. 1), “o ‘modelo’ proposto para o Paraná era o desenvolvimento do estado via industrialização substitutiva de importações internas, tentando repetir o processo que, ocorrendo no Brasil, se concentrava em São Paulo”.

Para tanto, o Estado buscou uma industrialização interna que substituísse as importações, tomando como referência a queda na renda estadual provinda da especialização agrícola (a monocultura cafeeira) e das importações de produtos manufaturados dos Estados industrializados, principalmente de São Paulo.

Assim sendo, no Paraná, conforme ANJOS (1993), a industrialização aparece como preocupação governamental já em meados da década de 1950, com a criação da Comissão de Coordenação do Planejamento Econômico do Paraná (PLADEP), que tinha como objetivo melhorar a administração e situação econômica do Estado.

O governador Moysés Lupion na década de 1950, incluiu no seu programa de governo o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, como orientador do desenvolvimento expressivo, mas a forma de financiamentos estaduais inviabilizou a aplicação do mesmo.

A nível nacional no governo de Juscelino Kubitschek (JK), o seu Plano de Metas não acabou se aplicando pela impossibilidade econômica/ política e por não se firmar como órgão de planejamento, mesmo realizando estudos dos problemas da economia da época.

Segundo OLIVEIRA (2001, p. 45), “é perfeitamente possível perceber a preocupação das elites locais com a efetivação de um projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização já a partir da década de 60 (...) isso se deu justamente no instante em que o Paraná, com a abertura de novas frentes pioneiras e de colonização que avançaram do estado de São Paulo”.

O Paraná com o sucesso das exportações de café tinha maiores conexões econômicas com São Paulo, trazendo temores para as elites políticas paranaenses, de uma evasão das divisas e de uma possível quebra de unidade territorial do Estado, que já fora comarca paulista.

Ainda durante a década de 1960, a preocupação das elites paranaenses manifestava-se com relação à industrialização, como um caminho possível para se efetivar o projeto de desenvolvimento econômico, ocorrendo justamente no momento em que o Estado se tornaria o maior exportador de café do país.

O grande problema estava nas conexões econômicas do Estado, por ser

realizada com a cafeicultura paulista, adquirindo produtos industrializados de São Paulo e vendendo o café pelo Porto de Santos.

Com medo da quebra de divisas territoriais, começa a ser gestado no Paraná um projeto de industrialização que fosse capaz de promover o desenvolvimento econômico tão esperado.

Segundo OLIVEIRA (2001, p.46), “essa conjuntura foi marcada também pela ascensão da Ideologia Desenvolvimentista no plano nacional. Em sua composição figuram em lugar de destaque tanto a noção de que o Estado deveria ser o agente indutor do crescimento industrial, quanto à idéia de que a efetiva independência econômica requeria a industrialização”.

Em função da percepção de tais perigos, começou a ser gestado no Paraná um projeto de industrialização, que fosse capaz de promover o desenvolvimento econômico, evitando a evasão das divisas quanto à integração territorial com a administração de Ney Aminthas de Barros Braga (1961 – 1966), dando forma concreta a esses projetos.

Assim, na administração de Ney Braga (1961 - 1966) o projeto ganhará forma concreta, com a racionalização da máquina administrativa, com uma extensa administração paralela como forma de contornar a ineficiência da administração pública tradicional, combinado a um plano de diversificação econômica para se chegar a um ambicioso processo de industrialização.

Segundo ANJOS (1993, p. 48), “particularmente no governo Ney Braga a partir de 61 (...) a discussão travada no PLADEP, na segunda metade da década de 50, gradativamente ganha novos espaços na sociedade aparecendo, conseqüentemente, como uma “unanimidade “a necessidade de o Estado incentivar o processo de industrialização”.

Ney Braga se empenhou em racionalizar a máquina administrativa, de modo a capacitá-la como propulsora do desenvolvimento econômico, num plano de governo que deslanchou em um grande programa de industrialização.

O período foi marcado pela ascensão da “Ideologia Desenvolvimentista Nacional”, dando destaque ao Estado como agente indutor do crescimento industrial, com a idéia de que a efetiva independência econômica exigiria a industrialização. Esta por sua vez, ganhou destaque com o apelo em prol da industrialização em ressonância da crise final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

A deteriorização dos termos de troca refere-se ao progressivo rebaixamento dos preços dos produtos primários no mercado mundial ao fim da Segunda Guerra Mundial, resultado da integração cada vez mais completa de toda uma série de economias de perfil primário-exportador ao sistema capitalista. Essa integração aumentou o volume de bens primários oferecidos no mercado, derrubando sistematicamente os seus preços. Dessa forma, as economias dos países exportadores de alimentos de matérias-primas se tornavam crescentemente incapazes de gerar os recursos necessários para o pagamento das importações – geralmente de produtos industrializados, que eles não produziam”. (OLIVEIRA, 2001, p. 47).

Em consonância a este quadro, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs a substituição das importações com a auto-suficiência industrial de cada país, iniciada pela produção interna, substituindo as importações principalmente de bens de consumo, estendendo esta meta para todo o parque industrial. É uma proposta de forte apelo nacionalista para a construção da indústria nacional, que tornaria o país menos dependente das importações e mais capaz de se defender de ameaças externas.

Tanto o nacionalismo quanto a industrialização já eram temas comuns na república populista (1945 – 1964), atingindo o auge do prestígio com o governo JK (1956 – 1961), quando o desenvolvimentismo se tornou ideologia oficial do Estado. (OLIVEIRA, 2001), como já descrito.

No Paraná, surgiu uma nova versão de “Ideologia Desenvolvimentista”, advinda das tomadas de empréstimo à terminologia cepalina e desenvolvimentista, quanto a iniciativas de financiamento da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), criada em 1962. Propunha alavancar recursos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) que ela geria, para a criação de infraestrutura propícia à industrialização, com ênfase sobre a energia e os transportes; metas defendidas também como prioritárias pelo governo JK e pelos demais governos militares (1964 – 1985).

O resultado de tais iniciativas foram a expansão da malha urbana do Estado, destacando a construção da rodovia do Café, ligando o do Norte do Paraná ao Porto de Paranaguá permitindo o escoamento direto do café da zona produtora com os portos.

Quanto à ampliação de oferta de energia elétrica, encarada como fundamental ao desenvolvimento do Estado, esta deveria ser oferecida a preços baixos, de modo a capitalizar o setor privado com destaque dado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL).

Após a II Guerra Mundial, com a expansão industrial nacional, o setor elétrico passa a ser considerado como um ponto de estrangulamento ao desenvolvimento econômico, levando o governo federal a adotar providências para atenuar a crise de suprimento de energia elétrica. Para tanto, é criado em 1954 o Plano Nacional de Eletrificação, que propunha em seu projeto, enviando ao Congresso, também a criação de uma empresa federal, a eletrobrás (...) transformou-se na lei de nº 3890 de 25 de abril de 1961, começando a funcionar em junho de 1962. (ANJOS, 1993, p. 62)

Com a integração e centralização da política governamental em nível federal, no Paraná se desejava criar um capitalismo industrial de origem local, com a concessão de financiamentos às indústrias do Estado, bem como às que quisessem se instalar aqui.

Quanto ao projeto de desenvolvimento paranaense, a CODEPAR até ser transformada em 1968 em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), foi uma das principais agências financeiras a orientar o projeto de desenvolvimento no Estado.

Com a percepção que o Estado do Paraná estava relativamente empobrecimento devido ao excedente gerado por sua cafeicultura em consonância com a crise internacional do produto, o governo optou pela industrialização, que aparecia como sinônimo de desenvolvimento.

A industrialização ganhou a proposta de ser intensiva e extensa do Estado, necessitando da atuação direta do aparelho público. Essa intervenção estatal não se restringiu somente à criação de uma infra-estrutura necessária à industrialização, mas também no Estado como interventor financeiro.

A CODEPAR passou a se constituir como um aparelho econômico, incluindo-se na sua primeira fase como um órgão do Executivo e mais tarde enquanto Banco de Desenvolvimento, como uma empresa estatal.

Também, para acelerar o processo de industrialização, foram criadas sociedades de economia mista, que nada mais eram do que associações que utilizavam tanto o capital público como o privado, mas estavam sob a liderança da iniciativa pública. Destacam-se no período as empresas, conforme AUGUSTO (1978 p. 29):

Foram criadas: Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná -(CAFÉ do Paraná – em agosto de paralela à Secretaria da Agricultura; Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR- em julho de 1962, paralela à Secretaria da Educação; Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR- em janeiro de 1963, paralela ao Departamento de Águas e Esgotos; Companhia de Telecomunicações do Paraná –

TELEPAR- em março de 1963; Centro Eletrônico de Processamento de Dados – CELEPAR – em outubro de 1964; Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR – em maio de 1965; (...) Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR – em março de 1962 (...).

Como importância para a educação destaca-se o surgimento da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR) em 1962, como um órgão responsável pela administração do Fundo Estadual de Educação, propondo por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura obras de infra-estrutura física escolar, a compra de equipamentos e material escolar, dentre outros.

Já a criação dessas empresas no governo Ney Braga, destinadas a promover a infra-estrutura básica de água, telefonia e de revitalização da Companhia de Energia (COPEL), foram os estímulos mais necessários para impulsionar o crescimento industrial no Estado, de forma planejada e sólida. Segundo REBELO (2004, p.105):

Desde o início do século XX, os serviços de energia e telefonia estavam a cargo de empresas estrangeiras (especialmente americanas, canadenses e francesas). Como se sabe, essas companhias jamais se preocuparam em investir em modernização ou ampliação de seus serviços no País, sob o pretexto de que não havia mercado para tais investimentos. As inversões se limitavam aos grandes centros urbanos, deixando o interior, sobretudo os pequenos municípios, em plano secundário. Obviamente essa política era incompatível com o crescimento industrial brasileiro. Por uma questão essencialmente pragmática, as companhias investiam no chamado filé mignon, que assegurava lucros mais rápidos.

A CODEPAR, dentre as empresas, tinha maior autonomia relativa e financeira no governo estadual. Tinha também uma terceira função, de estudo da realidade estadual, com a elaboração de projetos específicos para a intervenção do governo, determinando regiões mais convenientes para serem investidas estabelecer prioridades para atividades que tivessem maior significado para o desenvolvimento, estimular a formação de técnicos e operários qualificados ao desenvolvimento industrial, dentre outros.

A ideologia nacional-desenvolvimentista aplicada ao Estado do Paraná desenvolveu-se pela industrialização como substitutiva as importações e com a perspectiva de criação de um capitalismo auto-sustentado. No Estado pensou-se para esse processo a associação do progresso material com o bem-estar coletivo, atrelado a investimentos produtivos, com o serviço estatal sendo posto a serviço da indústria.

Segundo AUGUSTO (1978, p. 80), “(...) o projeto desenvolvimentista

paranaense se apresenta como adequação, atualização, da ideologia de desenvolvimento dominante (ainda) em termos nacionais”.

Neste sentido, a transição da agricultura para a indústria no Paraná, permitiu uma transição do tradicional para o moderno, este como sinônimo de desenvolvimento. Mesmo assim, a agricultura aparece como um subsídio para a produção industrial, num percalço mais seguro.

Já com o regime militar iniciado em 1964, a nova realidade política nacional trouxe conseqüências perversas à vida da população com o aumento da miséria, de exclusão social, com o Paraná não fugindo a este modelo.

Para RATTO (1994, p. 44), “o processo de desenvolvimento em curso no país, (no) Paraná, (em) Curitiba caracteristicamente excludente, na medida em que grande parte da população sempre esteve a margem de seus possíveis benefícios. A necessária industrialização do país veio acompanhada de uma crescente concentração de riqueza e da recomposição da estrutura de privilégios imperantes desde os tempos coloniais”.

Mesmo com a criação de empresas de água, de telefonia e da educação, grande parte da população brasileira e paranaense continuou à margem destes serviços, mediante a grande exclusão econômica, social e até mesmo educacional.

A educação também foi exaltada como de fundamental importância para se chegar no Paraná a desenvolver a ideologia nacional-desenvolvimentista mediante a formação de mão-de-obra para a indústria, dentre outros, como veremos a seguir.

2.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL

Já o contexto educacional paranaense na década de 1960, não fugia ao delineamento proposto para a educação nacional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4024/61.

Quando assumiu o governo do Estado, Ney Braga encontrou a rede básica de educação em grande defasagem, pois, sequer existiam escolas para todas as crianças em idade escolar e só uma pequena parcela dos alunos matriculados na escola pública conseguiam terminar a então quarta série.

Segundo REBELO (2004, p. 107), “para enfrentar essas carências, o governo (do Paraná) vinculou à Educação cerca de 30% dos recursos orçamentários, dando prioridade ao ensino fundamental e investindo nas escolas

profissionalizantes que, entre 61 e 65, foram construídas 2.766 salas de aula. Isso significou uma média de duas salas por dia”.

O Estado do Paraná, seguindo o modelo dos demais Estados brasileiros adotou um sistema educacional, administrado superiormente pela Secretaria de Educação e Cultura, que estava apoiada num Conselho Estadual. A FUNDEPAR seria um órgão descentralizado da administração, que executaria várias funções da Secretaria. (PARANÁ, 1971)

Os problemas do sistema de ensino do Paraná não eram diferentes do restante dos Estados brasileiros, pois, existia uma “excessiva centralização, controles disfuncionais, formalismo, etc, constituem o elenco mais evidente do problema” (PARANÁ, 1971, p. 10), o necessitava de uma reforma administrativa.

Em pronunciamento à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em 1º de maio de 1962, o governador Ney Braga apresentou algumas metas para a educação como função social do Estado. Em linhas gerais destacou que a educação deveria estar integrada aos objetivos nacionais e estaduais de desenvolvimento e que o Estado tinha como meta a elaboração da Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, do Plano Estadual de Educação e de Planos de Emergência.

Atendo a necessidade dos Estados quanto à educação, a União havia formulado um Plano Nacional de Educação, visando atender de forma imediata e emergencial as necessidades encontradas no país, principalmente quanto a insuficiência de matrículas nos diferentes níveis de ensino.

No programa de governo, apresentado a Câmara dos Deputados em 29 de setembro de 1961 pelo Primeiro Ministro Tancredo Neves, foi feita uma análise clara e objetiva da situação atual do ensino em nosso país e foi enunciado o programa de governo da União, a ser consubstanciado num Plano Nacional de Educação e num Plano de Ação Imediata. Nessa análise, procurou-se sintetizar a situação atual em nosso país como caracterizada pelo desajuste entre os tipos de formação educacional que está sendo ministrada aos nossos jovens e as necessidades brasileiras e pela insuficiência quantitativa de matrículas em todos os ramos e graus de ensino. (PARANÁ, 1962, p. 5)

Para tanto, o Plano Nacional de Educação, a LDB nº 4024/61 obrigou os Estados a organizar seus próprios sistemas de ensino, mediante reformulação da legislação estadual para todos os níveis: primário, médio e superior. A educação deveria ser organizada mediante a constituição de um sistema de ensino planejado, com objetivos, metas, recursos técnicos e financeiros.

Os problemas que afligiam a educação no momento eram inúmeros no

Estado, principalmente as incumbências que a Secretaria de Educação tomar para se chegar a um bom desenvolvimento dos trabalhos: um planejamento educacional que se tornaria um Plano Estadual de Educação, uma estrutura administrativa eficiente e recursos financeiros consideráveis.

Quando Ney Braga assumiu o governo do Estado em 1961, nenhum dos elementos acima citados existiam na Secretaria de Educação. Havia o *déficit* de salas de aula, que era assustador, ainda mais evidenciado pela má conservação dos prédios escolares existentes.

Com isso, foi proposto entre os anos de 1961 e 1962 um Programa de Emergência complementar ao Plano Estadual de Educação. O ensino primário com problemas quase idênticos de todo o país sofria com elevado *déficit* escolar, com a insuficiência de unidades escolares, com a evasão escolar e com a falta de recursos técnicos e financeiros capazes de solucionar os problemas.

A rede de ensino primário paranaense não chega a atender a uma grande parte das crianças em idade escolar, e, dos que se matriculam nas escolas primárias, uma porcentagem muito pequena chega a 4ª série. Acresce que, pelo menos, um terço dos poucos que freqüentam as nossas escolas primárias estão matriculados em escolas isoladas das zonas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados, que não lhes podem dar mais do que alfabetização razoável. (PARANÁ, 1962, p. 9)

Com essas dificuldades sendo postas em evidência, a delegação da execução do maior número de projetos e mesmo as funções de administração-maior passaram ao cargo da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR).

Em síntese, não seria um exagero afirmar que, sem uma profunda reformulação da organização, nos métodos e nas condições político legais da administração do sistema, qualquer política de melhoria e de expansão ordenada da educação se verá comprometida desde sua formulação. E, como corolário, que as reformas parciais se destinariam pela inércia do conjunto, dada a interação acentuada entre os vários componentes da estrutura do sistema. (PARANÁ, 1971, p. 14).

Após a LDB nº 4024/61 foram criadas no Paraná as Inspetorias Regionais de Ensino, que visavam à descentralização administrativa da rede escolar. Essas Inspetorias de Ensino mantiveram contato direto com o Departamento de Pesquisa e Planejamento da Fundepar, trazendo solicitações e sugestões quanto a redistribuições de algumas regiões escolares. Além disso, tinham por finalidade:

Coordenar a execução de medidas destinadas a manter, desenvolver e aprimorar o funcionamento da rede escolar de níveis médio, primário e profissional mantida pelo Estado do Paraná, bem como supervisionar o funcionamento das escolas municipais e particulares desses níveis, servindo como ligação entre esses estabelecimentos de ensino e a Secretaria de Educação e Cultura. (PARANÁ, 1971, p. 17).

Compondo vários objetivos, as Inspetorias de Ensino agiram também como órgãos de pesquisa direta no contexto escolar primário e médio, mediante o levantamento de dados periódicos dos estabelecimentos de ensino existentes, da necessidade de criação de novos prédios e de dados estatísticos das regiões, levando ao conhecimento de órgãos como a Secretaria de Educação e Cultura as reivindicações e as deficiências para que a administração tomasse as medidas necessárias para saná-las.

Já a política educacional no Estado foi desenvolvida pela Fundepar, contando com técnicos para estudar os problemas da cultura e do ensino. Teve seus trabalhos aprovados pela Secretaria de Educação e Cultura, sendo auxiliado pelo Departamento de Estatística para a obtenção de uma maior precisão de dados quanto às condições das escolas do Estado, dos professores e do aproveitamento dos alunos.

Quanto aos níveis de ensino, seguindo o direcionamento da LDB nº4024/61, "(...) o ensino primário poderá ser dado em dois níveis: um pré-primário - compreendendo escolas maternas e Jardins de infância e outro, o primário, compreendendo o ensino ministrado nos Grupos Escolares, Casas Escolares e Escolas Isoladas". (PARANÁ, 1971, p. 81)

As escolas maternas eram destinadas a crianças de 2 a 4 anos e os Jardins de infância às de idade de 4 a 6 anos, podendo funcionar em duas etapas ou períodos, de acordo com a idade cronológica. O segundo período das escolas oficiais funcionava como introdutório ao ensino primário.

Poderiam também existir classes de aceleração mediante cursos supletivos, para integrarem os tardios matriculados nos cursos primários, com aulas no período noturno e com uma estruturação própria.

A escola primária tinha como objetivo o desenvolvimento do raciocínio, da expressão da criança, sua integração com o meio físico e social. As unidades escolares no Estado do Paraná a partir de 1966 foram organizadas conforme os seguintes critérios:

- Grupos escolares – estabelecimentos com mais de 200 alunos;
- Casas escolares – estabelecimentos de 100 a 200 alunos;
- Escolas isoladas - estabelecimentos com menos de 100 alunos. (PARANÁ, 1971, p. 83).

A evasão constituía um dos grandes problemas da educação no Paraná, com altos índices nos centros urbanos e ainda mais acentuados nas zonas rurais, compostas em grande parte por escolas isoladas.

Para diminuir este quadro nos contextos rurais que possuíssem peculiaridades no atendimento à sua população, a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação pretendia readequar os dias letivos e as férias escolares mediante a organização da Secretaria de Educação e Cultura.

O Paraná tinha como meta para a educação primária a sua extensão para seis anos letivos, com uma educação complementar capaz de formar indivíduos para o exercício de uma profissão.

Outro entrave encontrava-se nos adultos que não haviam tido a oportunidade de estudarem na idade escolar, seria necessário uma campanha de alfabetização como da “Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo”.

Para o governo da época, o analfabetismo implicaria em um problema social, de marginalização dessas pessoas e de uma não entrada no desenvolvimento econômico e social pelo Estado.

Quanto ao ensino médio, a realidade nacional era a mesma, a inadaptação do ensino acadêmico ofertado à nova realidade do mercado de trabalho, considerado inoperante para a necessidade de desenvolvimento almejada para o país. Para resolver este impasse, o Paraná tinha como meta aumentar a oferta de escolas com educação tecnológica.

O ensino superior tinha como representante no Estado a então Universidade do Paraná, que representava uma instituição de caráter regional e perfeitamente integrada ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado. Já as escolas superiores mantidas pelo Estado encontravam-se carentes de instalações, de equipamentos, de recursos financeiros e técnicos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi solicitada uma maior urgência por parte do governo do Estado para elaborar um projeto de Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação, apresentando objetivos e metas nos diferentes níveis de ensino, assentado na política educacional do Estado do Paraná.

Quanto ao Plano Estadual de Educação, a educação ganhava a conotação de serviço público a ser prestada dentro de um planejamento, que tivesse investimentos ou aplicações produtivas.

A descentralização proposta pela LDB nº 4024/61 foi bem aceita pela Secretaria da Educação e Cultura, tendo criado no momento as cinquenta inspetorias regionais do ensino. As mesmas teriam o encargo de atender no interior do Estado as necessidades pessoais, materiais, de equipamentos e de orientação educacional. Outra preocupação do Plano era de fornecer farto material escolar para os estudantes mais pobres da população.

Os objetivos específicos do Plano Estadual de Educação consistiam em eliminar os *déficits* de salas de aulas e de estabelecimentos de ensino médio, prevendo adaptações à realidade apresentada de acordo com as novas exigências de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil.

Segundo KNECHTEL (1970, p.65), "o Paraná conseguiu melhorar sensivelmente o panorama Escolar no Ensino Primário nestes últimos anos, conforme acusou levantamento de 1967 e destinado a fornecer subsídios à elaboração do Plano Educacional do Estado. Em 1966 o Paraná conseguiu o acréscimo percentual de 47,795 sobre 1964, no tocante à escolarização da população de idade entre 7 e 12 anos".

De acordo com o citado, a importância dos dados revela que mesmo tendo aumentado demograficamente a população paranaense, a administração tentou aumentar o investimento em unidades escolares.

Em 1964, o Plano Trienal de Educação realizado entre o Ministério de Educação e Cultura e o governo do Estado, estabeleceu medidas importantes como: a escolarização de crianças em idade de freqüentar o ensino primário, a criação de classes especiais para os atrasados nos estudos e a extensão da escolarização para a quinta e sexta série de crianças até quatorze anos.

Conforme KNECHTEL (1970, p.65), "o Governo, construiu nos 2 anos de administração (67 - 68) mais de 5.000 salas de aula, sendo 2.862 somente em 1967, dentro de cujo esforço incluiu o Plano de Emergência".

Entre 1967 e 1968 o Paraná estava sendo governado por Paulo Pimentel, que acabou por dar continuidade e aprofundamento às medidas políticas educacionais que deram certo no governo de Ney Braga.

O Plano de Emergência foi aprovado em 1966, sendo elaborado pela

FUNDEPAR conjuntamente com a Secretaria do Estado do Paraná, com a construção de 458 salas de aula em todo o Estado, com o empreendimento que levou apenas quarenta e cinco dias.

A escola perante o modelo proposto também reformulou-se de acordo com a LDB nº 4024/61 que previa a organização de Sistemas Estaduais de Ensino, com a formulação de uma Lei Estadual de Diretrizes e Bases e de um Plano Estadual de Educação. Como vimos os maiores esforços destinavam-se, no momento, a conseguir orçamento financeiro para primeiramente construir salas de aulas que fossem suficientes ao atendimento de alunos em idade escolar.

Com base no Documento da Secretaria de Educação de 1971, o Paraná conseguiu em 1969 doze mil seiscentos e cinquenta e seis estabelecimentos de ensino primário, com mil setecentos e sete estabelecimentos no espaço urbano, correspondendo 13% do total (PARANÁ, 1971, p. 91). Nas regiões economicamente mais desenvolvidas e onde a população era mais densa, encontrava-se o maior número de escolas, que ultrapassavam os duzentos alunos matriculados.

Curitiba também não fugiu a este modelo, e, mediante a organização planejada e estratégica do Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano mapeou a realidade educacional municipal, concebendo um conjunto arquitetônico de rede escolar física necessária para época e formulando o Primeiro Plano de Educação Municipal de 1968, como veremos a seguir.

Finalmente, tendo em vista que a escola deve ser um lugar aberto para a aprendizagem, este segundo capítulo visou demonstrar como o projeto nacional-desenvolvimentista foi adaptado ao Estado do Paraná mediante os esforços de industrialização.

CAPÍTULO 3: CURITIBA, O PLANEJAMENTO E A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O grande crescimento populacional de Curitiba já evidenciado a partir da década de 1950, decorre no desenvolvimento verificado no Paraná. Com isso, no início da década de 1960 foi intencionalizado um plano de racionalização disciplinar de ocupação do solo.

Anteriormente também com o objetivo de racionalizar a ocupação do solo e propor alternativas de geração de empregos em Curitiba, é que surge na década de 1940 o primeiro plano de urbanização da cidade⁷.

O plano de urbanização pretendia, segundo ANJOS (1993, p. 113 – 114):

Consolidar o centro tradicional, que seria encarregado das atividades comerciais e de prestação de serviços para toda a população, necessitando para isso de uma série de vias que lhes desse acesso. Também deveriam ser definidos outros centros especializados em determinadas atividades. A zona industrial deveria seguir a tendência, já existente na cidade, de localizar suas indústrias nas proximidades da Estação de Ferro, entre a Marechal Floriano Peixoto e Rio Belém. Essa localização atenderia a dois fatores: a existência de transporte e de mãos-de-obra na área pela localização das residências dos operários próximas à região.

Não como mera coincidência, o surto de industrialização intensificou-se no país no período pós-guerra, com investimentos significativos na área de Siderurgia de Volta Redonda, por exemplo, possibilitando uma mudança no perfil econômico brasileiro.

Por conseguinte, torna-se claro que o contexto da época, em certa medida favoreceu a implantação de projetos urbanísticos, tendo em vista o crescimento acelerado ocasionado pelas correntes migratórias, inicialmente de estrangeiros, depois de brasileiros para a região Sudeste.

Um projeto como o Plano Agache exigia intervenções dispendiosas à administração do município de Curitiba na época, principalmente pela desapropriação de terrenos para a construção de grandes avenidas, isto é, a implantação de novos eixos viários. Ele também foi conhecido como Plano das Avenidas, sendo parcialmente implantado.

A atual paisagem urbana reflete a estruturação por setores, resultando em

⁷ O primeiro plano de urbanização da cidade, o Plano Agache elaborado entre 1941 a 1943, pela coordenação do urbanista francês Alfred Agache, propunha o estabelecimento de um núcleo central definido, cercado por zonas residenciais, com o sistema viário composto por avenidas perimentais concêntricas e por avenidas radiais (ANJOS, 1993).

intervenções como a construção do atual Centro Cívico, do bairro Rebouças a princípio definido como uma área industrial, o implemento do Parque da Lagoa, atual Barigüi, a área esportiva do Tarumã e a Cidade Universitária do Centro Politécnico, bem como a construção do quartel do Bacacheri. Estabelecia um zoneamento funcional que consistia em atribuir a cada zona (órgão), uma função específica de "moradia, circulação, recreação, trabalho".

Além disso, ocorreram intervenções de ordem sanitária, com a implementação de galerias cobertas em edifícios comerciais, uma vez que esses planos tinham como preocupação a higienização da cidade.

Um dado importante aconteceu com a remodelação do sistema viário da cidade, que passaria a ter vias retas e paralelas, com quatro vias em forma de anéis partindo da área central e com vias diametrais ligando um lado a outro da cidade (vias como irradiadoras da vida comercial e social de Curitiba).

Em 1960, a capital contava com um contingente populacional de 361.609 pessoas (RATTO, 1994), com o número dobrando a cada década, com índices superiores ao Paraná e ao Brasil.

Na época, segundo, "Curitiba, enquanto capital do Estado e cidade estruturada essencialmente no setor terciário, oferecia uma variada gama de serviços que funcionava como fatores de atração para os migrantes. Essa população chegava buscando novas oportunidades e condições de vida, ou seja, a procura de emprego, moradia, saúde, educação e outros". (RATTO, 1994, p. 20)

Nesse momento Curitiba, na gestão de Ivo Arzua (1962 - 1967), em sua condição de capital e centro industrial (ainda que incipiente), era a única cidade do Paraná capaz de receber um significativo crescimento urbano vindo de áreas rurais do Estado. Este processo de êxodo rural foi provocado pela mecanização do campo, expulsando grande contingente populacional em direção às cidades.

Em 1965, foi instituído pela administração pública do município um concurso público para a elaboração de um novo Plano Diretor. A proposta vencedora foi a das empresas SERETE e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. O Plano Preliminar de Urbanismo proposto deu origem ao Plano Diretor, num modelo de crescimento linearizado para a cidade, com algumas áreas de expansão urbana considerada a "espinha dorsal" do projeto, sendo chamadas de Setores Estruturais.

Segundo ANJOS (1993, p. 115) citando o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (1965), os objetivos do mesmo eram:

- a) a definição sintética da situação econômica e social, das tendências prováveis de desenvolvimento urbanístico da cidade, usando a elaboração das diretrizes do Plano Diretor a ser realizado ulteriormente;
- b) a fixação de um programa de ação, com o estudo e a escolha de obras necessárias, passíveis de imediata execução, acompanhadas das respectivas justificações técnico-econômicas;
- c) a proposta de medidas jurídico-legislativas que permita a adequada execução do planejamento previsto, oriente a expansão urbana e impeça imediatamente o agravamento eventual de problemas possíveis de acarretar ônus futuros ao município;
- d) a definição dos estudos complementares necessários ao prosseguimento do trabalho, isto é, o Plano Diretor propriamente dito, bem como o equacionamento da "Região Urbana de Curitiba".

Conforme FERNANDES (1979, p. 30), no período de 1960 – 1965, "a mística do Planejamento governamental" se desenvolveu de modo notável no Paraná, inovando em seu planejamento com relação a outros Estados brasileiros, mesmo ainda não dispendo de uma Secretaria do Planejamento⁸.

Segundo FERNANDES (1979, p. 31- 32), "o planejamento municipal pode ser considerado como uma espécie de planejamento governamental, podendo esse se desdobrar setorialmente, em que o urbano se enquadraria. Na medida em que a ação de um governo municipal se afirme mais amplamente do desenvolvimento urbano, pode muitas vezes o planejamento municipal ser sinônimo de urbano".

Para tanto, o planejamento urbano pode ser considerado um planejamento físico. O Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba seguindo esta linha teve a sua tônica centrada no planejamento físico.

O Plano Diretor foi contratado pela CODEPAR, sendo escolhida por concorrência a empresa SERETE. Na carta que esta enviou à Prefeitura, a empresa aceitou a presença do grupo de trabalho formado por técnicos do Departamento de Urbanismo.

De acordo com FERNANDES (1979), a constituição do Plano Urbanístico foi pensada para ter efeito imediato no meio físico e social, com a alteração nas relações de direito, quer nas definições das áreas a serem desapropriadas, quer na formulação de novos parâmetros de aproveitamento urbanístico. A implantação do plano, em si, desenvolveu-se por um processo crítico de muita crise de pressupostos

⁸ Por "mística do Planejamento" é entendida a racionalização dos investimentos públicos. Já o planejamento urbano e o planejamento governamental nesta confluência, passam a serem entendidos como uma categoria técnica que procura racionalizar o processo decisório.

para a execução do mesmo, não caracterizando-se como um processo passivo de simples aceitação política.

Segundo FERNANDES (1979, p. 36), “além de ser um trabalho inédito por seu escopo e sua intenção, o plano Preliminar de Urbanismo se consubstanciava em relatório acompanhado de diversos anexos, mapas, gráficos (...) Apresentava-se uma proposta de Plano Preliminar seguido de uma estrutura para a elaboração do Plano Diretor e um programa de ação a curto, médio e longo prazos”.

No Plano se identificava a necessidade de criar um órgão de assessoria ao Prefeito, acima dos Departamentos, agindo como integrador dos planejamentos econômico, social e físico.

Como solução ao problema propunha-se a presença de um Escritório do plano no Departamento de Urbanismo. Este Departamento deveria ter a competência de criar projetos, cadastrar e fiscalizar obras particulares, além de elaborar e acompanhar a execução do Plano Diretor.

Com isso cria-se, em agosto de 1965, logo após o acordo firmado do Plano Preliminar de Urbanismo, a APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Em dezembro do mesmo ano é criado como autarquia municipal, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, IPPUC, que acaba por absorver a antiga APPUC. Tem como tarefa principal a elaboração de um anteprojeto de lei que instituiria o Plano Diretor de Curitiba.

Neste sentido, conforme o próprio documento do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (1965), este seria o resultado do estabelecimento de premissas sócio-econômicas e urbanísticas. Segundo o Plano Preliminar de Urbanismo (1965, s/p.):

As diretrizes do planejamento urbanístico de Curitiba apontadas em termos legislativos no projeto de lei a ser proposto à Câmara Municipal, instituindo o Plano Diretor, são as seguintes: - crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida, - hierarquia de vias, - desenvolvimento preferencial da cidade no eixo nordeste – sudoeste conforme as tendências históricas e espontâneas, - policentrismo, - adensamento, - extensão e adequação de áreas verdes, - caracterização de áreas de domínio de pedestres, - criação de uma paisagem urbana própria.

Estes pressupostos foram desenvolvidos por meio de hipóteses de crescimento urbano da cidade, dentro de aspectos sócio-econômicos mais profundos e pelo próprio desenvolvimento do Estado do Paraná.

No período de implantação do planejamento urbano, Curitiba era

caracterizada como uma cidade terciária, atrasada em relação ao quadro nacional de aumento da atividade industrial.

Segundo o Preliminar de Urbanismo de Curitiba (1965, p. 13), “a cidade apresentará condições susceptíveis de acarretar um rápido crescimento industrial, principalmente no ramo das indústrias de transformação, criando conseqüentemente amplas possibilidades de emprego”. Tinha como previsão o contínuo aumento do êxodo rural, com a previsão de um maior número de cargos nas indústrias.

Com esse desenvolvimento acelerado afirmado pelo Plano Preliminar, a frota de veículos tenderia a crescer a níveis superiores. O processo de ocupação do solo exigiria ações planejadas e com isso, os serviços urbanos deveriam se expandir.

O IPPUC foi criado a partir da constatação de que a maioria dos planos urbanísticos dificilmente se concretizavam. Como o descrito, inicialmente agiu como um órgão de assessoria responsável pelo acompanhamento e implementação do Plano Diretor para se transformar em 1965 em uma autarquia.

Neste sentido, conforme o próprio documento do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (1965), este seria o resultado do estabelecimento de premissas sócio-econômicas e urbanísticas. Segundo o plano preliminar de Urbanismo (1965):

As diretrizes do planejamento urbanístico de Curitiba apontadas em termos legislativos no projeto de lei a ser proposto à Câmara Municipal, instituindo o Plano Diretor, são as seguintes: - crescimento linear de um centro servido por vias tangenciais de circulação rápida, - hierarquia de vias, - desenvolvimento preferencial da cidade no eixo nordeste – sudoeste conforme as tendências históricas e espontâneas, - policentrismo, - adensamento, - extensão e adequação de áreas verdes, - caracterização de áreas de domínio de pedestres, - criação de uma paisagem urbana própria.

Estes pressupostos foram desenvolvidos por meio de hipóteses de crescimento urbano da cidade, dentro de aspectos sócio-econômicos mais profundos e pelo próprio desenvolvimento do Estado do Paraná.

Dentro deste quadro, se um planejamento urbano não fosse desenvolvido, o centro tradicional dos curitibanos seria ameaçado de abafamento, com a descaracterização do mesmo pela alta concentração de atividades, com um tráfego caótico. Nos bairros periféricos poderia existir a falta de reserva de terrenos para o uso coletivo e de áreas verdes.

Com vistas ao enorme crescimento demográfico, as diretrizes de urbanização

foram lançadas para o Plano Diretor, de modo a promover uma expansão linear, com vias de ligação do Centro ao Centro secundário, criando uma estrutura de polarização com os bairros periféricos. Planejou-se também a elaboração de vias rápidas estruturais na região sul e norte da cidade.

Paralelamente a este desenvolvimento viário permitido pelo aumento do trânsito, a expansão territorial da cidade seria limitada, criando outras vantagens e atrativos à habitação coletiva.

Segundo o Plano Preliminar de Urbanismo (IPPUC, 1965, p. 15), foi pensado “um zoneamento de todas as atividades (...) Em particular, foram definidas, a localização principal das indústrias ao longo da BR – 2 e a criação de parques para providenciar a falta de áreas verdes”.

Ainda conforme a lei nº 4199/ 72 de zoneamento de uso do solo, o zoneamento é entendido como a divisão do município em zonas de uso diversos destinadas a certos fins, no caso de Curitiba, de comércio, de residência, industrial, de expansão urbana, de sujeita à inundação, agrícola e de setores industriais (com destinação estrutural, de vias coletoras, de vias de expansão, preferencial de pedestres, cívico, educacional, histórico, desportivo e de áreas verdes).

Foi traçado um programa e meios para a execução do Plano Diretor compreendendo a sistema viário, o zoneamento, o loteamento, a edificação, os recursos financeiros, os órgãos de execução do Plano (IPPUC), bem como as disposições gerais. Quanto às disposições preliminares do Projeto de Lei do Plano Diretor de Curitiba:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Diretor de Curitiba e aprovado o seu Plano preliminar, para orientação e controle do desenvolvimento territorial do Município, (...)

§ 1º - O Plano visa proporcionar as melhores condições urbanas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e circular.

§ 2º - O plano se desenvolverá em duas etapas: a primeira, definida no plano preliminar, de imediata aplicação (...) a segunda, a ser aprovada subsequenteemente, em fases sucessivas (...) pelo Departamento de urbanismo da prefeitura de Curitiba, (...)

§ 3º - O Plano será complementado e adaptado periodicamente em seus detalhes técnicos, visando o desenvolvimento harmônico da cidade e da região metropolitana de Curitiba. (...)

§ 4º - Para elaboração e execução do plano poderão ser feitos convênios administrativos com quaisquer entidades estatais, órgãos públicos, notadamente serviços autárquicos ou paraestatais, com o governo do Estado, CODEPAR, COPEL, URBS, DNER, COHAB, SANEPAR, (...) e outras, (...)

§ 5º - (...) os arruamentos, loteamentos e as edificações particulares e públicas, bem como as obras e serviços públicos no Município de Curitiba, (...) ficam sujeitos às diretrizes do plano e os novos projetos dependerão de prévia aprovação do Departamento de Urbanismo (...). (IPPUC, 1965, p. a-5)

O Plano Preliminar definiu também no artigo 24º, onde: “Os distritos industriais (DI) poderão ser projetados e criados com destinação fabril, desde que sejam providos de setores habitacionais próprios, de áreas para comércio e de equipamento recreativo e educacional formando uma zona homogênea”.

Neste sentido, o distrito industrial não seria uma área isolada da cidade, mesmo que estabelecida como caráter homogêneo, comportando equipamentos de consumo coletivos, dentre os quais a escola.

Para tanto, conforme o descrito, as ações de planejamento pautaram-se em um tripé: de Zoneamento, Sistema Viário, Transporte Coletivo, numa interação com as dimensões socioeconômicas e ambientais. A Zona Central, composta pelo centro tradicional continuou a contemplar uma diversidade de usos, funções e ocupações verticais. Os Setores Estruturais estendiam-se nos sentidos Norte, Sul, Leste e Oeste.

Outro mecanismo utilizado para consolidar o Plano Diretor foi o da definição de obras físicas prioritárias como forma para manter a continuidade do plano ao longo do tempo. “Uma delas é o formato de redes públicas para instalar infraestrutura e para tradicionais equipamentos municipais de cunho social, que abrigam serviços de consumo coletivos e dão suporte ao Desenvolvimento Humano local.”(IPPUC, 2004).

A última estratégia para planejar os Sistemas Urbanos de serviços públicos ligados à dinâmica da cidade refere-se a iniciativas urbanas que se apóiam na cultura, na produção econômica, no lazer e no esporte etc. As transformações econômicas da cidade foram projetadas, na época, em paralelo ao planejamento físico-territorial. O setor educacional também foi implementado com a construção prioritária de escolas em locais mais carentes.

Assim, o Plano Diretor de Curitiba de 1966, que instituiu as Diretrizes Básicas para a orientação e controle do desenvolvimento integrado do município, deu destaque à educação do município na seção VII “dos Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários”, estabelece:

Artigo 61: Fica o Município de Curitiba dividido em Setores Educacionais, a serem delimitados pelo IPPUC, correspondendo cada um destes setores a área atendida pelo seu conjunto de unidades escolares.

§ 1º - No centro geográfico de cada Setor Educacional serão previstos Centros de Educação, que servirão de sede ao respectivo Setor Educacional.

§ 2º - As Unidades Escolares, devem servir núcleos populacionais de 2.500 a 5.000

habitantes ou situar-se de modo a ter um raio de ação aproximado de um quilômetro e sempre que possível, instaladas junto a unidades sanitárias, objetivando a criação de centros comunitários.

Nestas diretrizes para a educação apontadas no Plano Diretor de 1966, destacava-se a importância dos equipamentos sociais de consumo coletivo, que tinham na escola um dos principais representantes.

Conforme os comentários de Zélia Passos no documento do IPPUC (1988, s/p.) Planejamento Urbano e Democracia, “o planejamento dos equipamentos sociais da rede municipal esteve sempre intimamente relacionado com a política social adotada pela administração municipal. A ênfase na expansão de serviços públicos e sua linha programática determinaram os trabalhos de planejamento do IPPUC na área social”.

Com a necessidade de expansão da área social, a educação necessitava de maior investimentos e melhorias, o que repercutiu na própria estrutura funcional do IPPUC, tendo sido criado em 1967 um Setor de Educação.

Um Plano Municipal de Educação foi elaborado dois anos após a promulgação do Plano Diretor, com análise exaustiva da situação nos três níveis de ensino da cidade. A iniciativa instituiu um Setor de Educação dentro do IPPUC, consolidando assim a experiência de planejamento social inserido na concepção urbana e, de certo modo, restabelecendo a visão trazida do “Plano Agache, com as Comunidades de Vizinhança”. (IPPUC, 2004, p. 44)

Assim, por meio das recomendações que foram feitas no Plano Preliminar e no Plano Diretor de Curitiba, o IPPUC elaborou em 1968 um Plano de Educação, o primeiro do município antes mesmo de existir uma Secretaria de Educação Municipal.

Foi feita pela primeira vez a análise de toda a rede escolar física do município, com o levantamento das condições das escolas públicas e particulares, de nível pré-escolar, primário e médio, com algumas observações da educação excepcional e superior.

Pretendiam comparar os dados obtidos com as demandas previstas com o aumento da população, elencando algumas propostas. “No entanto, apesar do detalhamento ao nível de setorização da cidade, não foram dimensionadas as necessidades de expansão da rede face aos *déficits* apresentados”. (IPPUC, 1988, s/p.)

Mesmo assim, o Plano alicerçou os trabalhos do Setor de Educação do

IPPUC e seus primeiros trabalhos de planejamento social, bem como aprimorou os trabalhos físico de locação de creches e escolas principalmente nas regiões periféricas da cidade.

Segundo RATTO (1994, p. 22), “apesar das críticas levantadas, registra-se a construção de vinte e uma escolas durante a gestão Ivo Arzua, sendo que apenas duas ficaram sob responsabilidade da prefeitura”.

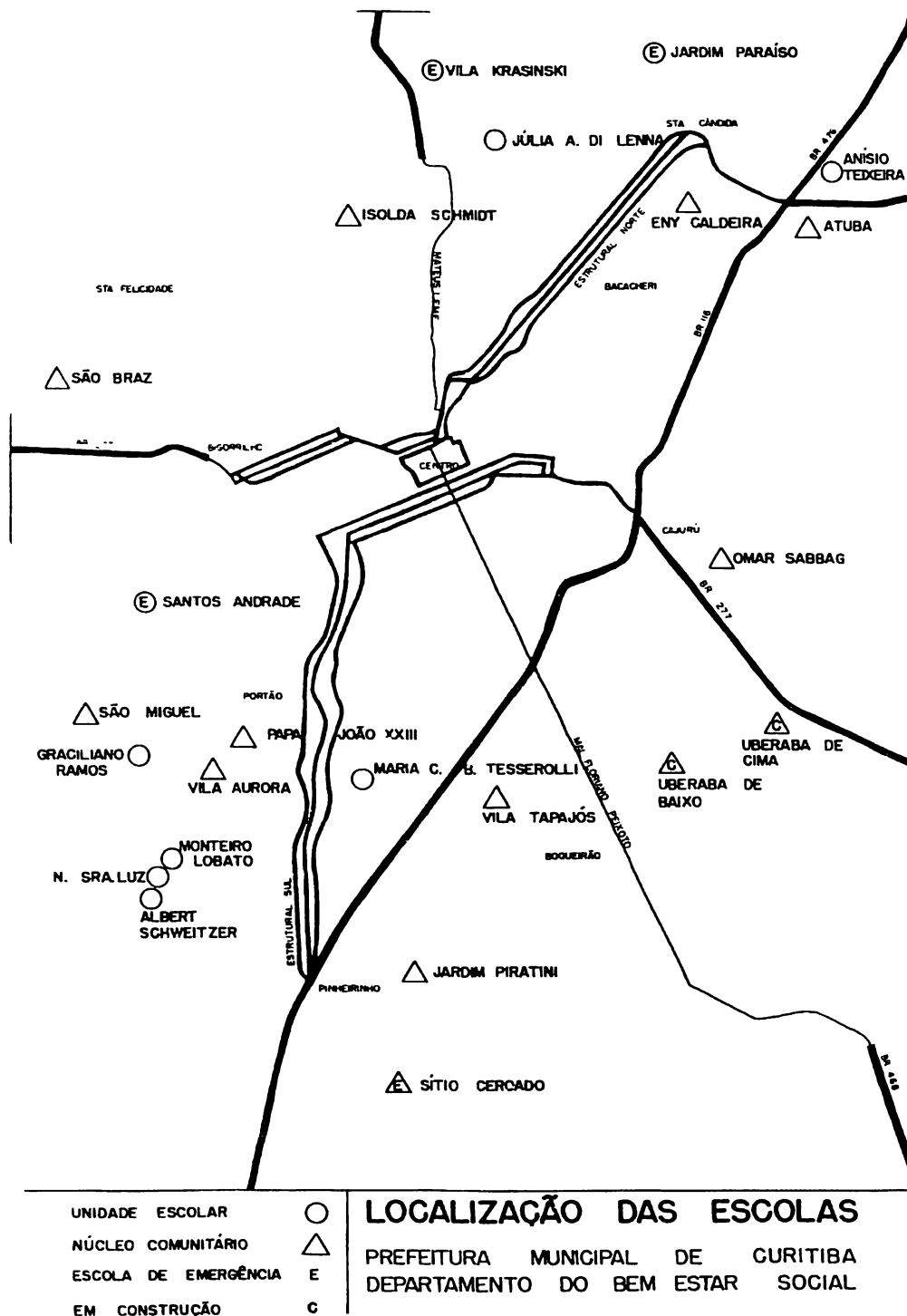
Para atender a este pressuposto, a Prefeitura havia criado o Primeiro Centro Educacional Comunitário “Papa João XXIII” em 1963 no bairro do Portão, seguindo o Centro Educacional “Isolda Schmidt” em 1966 no bairro Pilarzinho e finalmente o Centro Educacional “Nossa Senhora da Luz dos Pinhais” em 1967, Vila da COHAB, como veremos no mapa na página seguinte.

Em 1965 foi criado o Departamento de Bem-Estar Social (DBES), com a incumbência de dar suporte as atividades municipais de educação, saúde e posteriormente de assistência social. Inicialmente a Diretoria de Educação do DBES tinha a responsabilidade de promover, planejar e orientar a educação local, obedecendo aos pressupostos da LDB nº4024/61, de promover a formação integral, como forma de se educar além dos conhecimentos, mas para a compreensão do significado da vida. (RATTO, 1994)

O que é importante destacar que ao pensarmos a questão do desenvolvimentismo para Curitiba, ela não ficou descaracterizada da dimensão nacional e estadual, mas acabou ganhando uma preocupação excessiva com a racionalização dos investimentos públicos por meio de técnicas de planejamento, como as desenvolvidas no IPPUC e concretizadas pela aplicação de um Plano Diretor para a cidade.

O planejamento urbano municipal passou a ser encarado como um planejamento governamental como uma forma de se atingir o desenvolvimento urbano e industrial, que chegaria a seu ponto mais elevado na década de 1970 como a inauguração da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA PLANO DE EDUCAÇÃO



Fonte: CURITIBA (1975, s/p.)

Curitiba foi tomada por medidas de planejamento urbano que visaram à ideologia desenvolvimentista nacional, mediante a racionalização e centralização do sistema em pleno auge do para regime militar brasileiro. Pela amplitude do planejamento urbano pensou-se em desenvolver o meio físico, econômico e social capaz de promover o progresso e tendo a educação como uma propulsora do desenvolvimento técnico esperado.

Finalmente, estes debates quanto à política educacional objetivavam a ênfase dada à modernização dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), num contexto ainda crescente de importância dada ao planejamento urbano nacional e local, a fim de alavancar o desenvolvimento em diferentes áreas, como vemos na análise do Primeiro Plano de Educação Municipal de 1968.

3.1 O PRIMEIRO PLANO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA DE 1968

A situação da Educação Municipal na década de 1960 pode ser analisada a partir do Plano Municipal de Educação elaborado dois anos após a promulgação do Plano Diretor da cidade. Instituiu-se um Setor de Educação dentro do IPPUC, consolidando uma experiência de planejamento social inserido na concepção urbana.

Para que possamos compreender melhor a política municipal de educação de Curitiba e integrá-la e/ ou compará-la à questão da industrialização vigente no município delimitada pelo Plano Diretor da cidade, torna-se necessário contextualizá-la dentro da realidade brasileira da época.

Quando observamos o contexto histórico da constituição da rede municipal de ensino de Curitiba em 1968, verifica-se que foi realizado um diagnóstico na educação local propondo, conforme o documento da Secretaria Municipal de Educação (2004, p. 4), “investimentos na educação, criação de associações de pais e mestres, valorização do magistério e educação comunitária”.

Para tanto, cabe lembrarmos que o período referido acima retrata a época de ditadura militar no Brasil, em que a questão do planejamento urbano foi muito valorizada, inclusive com altos investimentos internacionais para esta área, o que pode ter afetado a própria organização do sistema educacional.

No planejamento urbano de Curitiba, o setor educacional também foi

implementado com a construção prioritária de escolas em locais mais carentes. Segundo OLIVEIRA (2001, p.61), conjuntamente com os terrenos públicos em Curitiba “haveria numerosas áreas públicas destinadas á instalação de praças, parques e outros equipamentos coletivos, como escolas e hospitais”.

ANJOS (1993, p.163) afirma que esta forma de planejamento urbano seria “o primeiro passo para (...) transformar Curitiba em uma cidade equipada, paralelamente ao início da industrialização. Para atingir o primeiro objetivo, as principais obras programadas compreendiam quatro setores básicos: recreação, circulação, educação e saneamento”.

Neste sentido, em 1968, o Paraná tinha como governador Paulo Cruz Pimentel e prefeito de Curitiba Omar Sabbag e no IPPUC o presidente era Jaime Lerner.

Sob a direção de um grupo de estudos de educação composta por educadores, sociólogos, economistas e arquitetos, além de técnicos em educação do MEC foi elaborado o Plano de Educação Municipal, concluído em fevereiro de 1968.

Conforme o documento (IPPUC, 1968, p.5), “para a realização deste projeto foram montadas duas equipes, - uma básica, interdisciplinar, constituída por um Educador, um Arquiteto, um Sociólogo e um Economista, assessorados por três Consultores, e uma equipe auxiliar, construída por alunos universitários, contratados para o trabalho de coleta e tabulação de dados”.

A justificativa para a execução de tal trabalho no período mais repressivo do regime militar brasileiro, conforme o documento, referia-se à necessidade de um órgão como o IPPUC que desejava criar para a cidade de Curitiba um planejamento integrado visando o desenvolvimento de toda a população, não podendo renegar as metas sociais, como capazes de levar o homem mundo moderno, cabendo este papel as instituições educacionais.

Sendo o IPPUC um órgão de Planejamento Integrado, em que à Supervisão de Planejamento Econômico- social compete estabelecer metas sociais, emerge a imprescindibilidade de conhecer a Realidade do ensino no Município de Curitiba, para se chegar a definir uma Política Educacional e estabelecer critérios mais válidos para o Planejamento Físico Territorial, de maneira a favorecer o desencadeamento do processo de promoção humana. (IPPUC, 1968, p.1)

Percebe-se que de acordo com a citação, o IPPUC seguia um direcionamento

desenvolvimentista, no qual a educação tinha um papel principal para a formação humana, capaz de inculcar a ideologia vigente na época. Os conhecimentos objetivos da realidade educacional visavam a uma maior projeção da situação escolar no município.

O documento inicia-se dando ênfase ao título “A responsabilidade municipal no Setor de Educação”. O primeiro aspecto a ser trabalhado refere-se à Lei do Plano Diretor de Curitiba referindo-se ao artigo 61 que trata dos “Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários”, como já citado neste estudo, estabelecendo a divisão do município em Setores Educacionais delimitados pelo IPPUC. Como exemplo citam-se os centros comunitários já existentes que tentam contemplar estes princípios: o Papa João XXIII, Isolda Schmidt e Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

(...) A ênfase no enfoque comunitário (...) esteve a serviço de um sistema de dominação mundial e nacional de tipo capitalista. Neles, torna-se prioritário criar variados mecanismos de controle e de amortização de conflitos a fim de garantir sua própria continuidade. A comunidade seria o canal mais próximo para viabilizar a ‘humanização’ da sociedade e o meio privilegiado para plantar as mudanças necessárias ao aperfeiçoamento social. A educação, comprometida com as necessidades e interesses dessa comunidade ideal, caberia formar os ‘novos’ homens necessários a esse projeto redentor. (RATTO, 1994, p. 91-92)

Assim, os centros comunitários na verdade estariam muito mais preocupados com o controle, com a ordem do que com ideais de elevação cultural ou mesmo intelectual do homem. Neles a comunidade poderia concentrar suas ações, socializar-se e interagir de modo controlado pelas forças dos próprios mecanismos do Estado.⁹

Uma das formas de promover a formação humana seria pelo “preparo” para a inserção no mundo moderno e industrial, onde as instituições de ensino teriam o papel privilegiado de proporcionar este ideal.

O segundo aspecto refere-se ao ensino primário. Perante o Sistema Estadual de Ensino, os municípios deveriam responsabilizar-se pelo chamamento público da população em idade escolar para este nível de ensino, tido como obrigatório.

“Pela Lei 4978 de 5/12/64 que estabelece o Sistema Estadual de Ensino, Secção II do Ensino Primário, no seu art. 95, § único, está bem definida a responsabilidade do Município quanto à construção escolar”. (IPPUC, 1968, p. 2)

⁹ Atualmente no século XXI, as escolas municipais de Curitiba, na gestão Richa, foram invadidas com um novo modelo de centros comunitários evidenciados pelos projetos comunidade-escola, tentando adequar os espaços públicos escolares à socialização da população.

Conforme o citado, foi estendido ao município a obrigação da construção de Unidades escolares, porque até então o Estado arcava quase que sozinho com a construção, manutenção e ampliação da rede de ensino.

O terceiro aspecto diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelecia responsabilidades para os municípios de alistamento da população escolar para a matrícula na escola primária, ao mesmo tempo que deveria proporcionar dados atualizados sobre o custo médio de ensino e a escassez do mesmo para a população em idade escolar. Numa terminologia e ação que expressam bem a ideologia militar de alistamento da população e de custo para o serviço técnico educacional.

A “L.D.B. depreende-se que o Município precisa manter-se atualizado quanto aos dados demográficos e a capacidade da rede escolar para estar em condições de fazer a CONSCRIÇÃO expressa no art. 29”. (IPPUC, 1968, p. 2)

O quarto aspecto referia-se ao Plano Nacional de Educação, no qual o Conselho Federal de Educação em 1962 inspirado na LDB nº 4024/61, de acordo com a realidade brasileira e com os compromissos internacionais, auferiu a necessidade da criação do Plano citado, com recursos humanos, técnicos e financeiros em âmbito federal, estadual e municipal a fim de se constituir um sistema educacional que deveria estar consolidado na década de 1970. As metas quantitativas e qualitativas para os níveis de ensino eram respectivamente as seguintes:

Quantitativas:

Ensino Primário – Matrícula: até 4ª série para 100% da população de 7 a 11 anos; até 5ª série para 70% da população de 12 a 14 anos.

Ensino Médio – Matrícula nas duas primeiras séries para 30% da população de 11/12 a 14 anos.

Qualitativas:

Ensino Primário – 20% de Professoras Regionalistas, 60 % Normalistas e 20% com cursos pós- Colegial;

- duas últimas séries primárias (5ª e 6ª) e dia completo de atividades, com artes, com as artes industriais em oficinas adequadas.

Ensino Médio – dia completo de 6 horas de atividades diárias, incluindo atividades em oficinas. (IPPUC, 1968, p. 3)

As metas citadas pensavam a extensão do ensino primário a toda a população da capital, numa universalização do primário. Já o Ensino Médio não atingiria 100% da população por não ser sequer considerado obrigatório pela LDB de 1961, mas deveria ser reformulado a fim de possibilitar uma formação mais

profissionalizante a sua clientela.

Ainda a Constituição Federal de 1967 foi citada como forma de legitimar todo o estudo, com a necessidade explicitada em documentos legais. Na constituição o conhecimento da realidade escolar, de suas carências e necessidades foi tido com condicionante principal para se estabelecer reivindicações educacionais dentro do orçamento.

A Constituição Federal de 1967, pelo seu art. 65, § 3º proíbe a vinculação de tributos, resultando, em decorrência, que as taxas de recursos financeiros previstos não têm mais força de lei; os Estados e os Municípios, nos seus orçamentos-programa, poderão destinar à educação as verbas que julgarem necessárias, de acordo com as possibilidades e com planos considerados prioritários. (IPPUC, 1968, p.4)

Outro ponto importante a ser levantado quanto ao documento é a afirmação de que as ações do município, para a educação, estavam pautadas na “filosofia” de desenvolvimento, no qual o progresso social e econômico estavam apoiados na educação, concepção que reflete os pressupostos da LDB da época, bem como o projeto desenvolvimentista do governo federal, que foi estendidos aos Estados e municípios.

Torna-se evidente, nestas condições a oportunidade deste estudo e a importância de levá-lo a efeito neste momento em que a Prefeitura – Municipal procura pautar sua ação por uma filosofia de desenvolvimento segundo a qual o progresso social e econômico, apoiado na educação, deve reverter em benefícios do homem e de sua maior humanização. (IPPUC, 1968, p.4)

O universo abrangido pela pesquisa do IPPUC sobre a educação incluiu o ensino pré-primário, primário, o supletivo regional e projeto Alfa, o ensino médio, inclusive os cursos avulsos, o ensino superior e os cursinhos preparatórios.

O que verificou-se no mesmos níveis como forma de diferenciação foram: as entidades mantenedoras públicas ou privadas, a zona rural ou urbana (delimitadas com relação a Avenida do contorno e do anel energético da Copel, com pequenas escolas rurais) e da setorização do Município.

“O Município foi dividido em 29 setores urbanos, a partir – do Centro (para os quadrantes Norte-Sul-Leste-Oeste), até a linha demarcatória da zona rural; esta, por sua vez, foi dividida em vários setores que aparecem (...) englobados em ‘Setor Rural’” (IPPUC, 1968, p.7), como veremos na página seguinte no mapa da Setorização da Rede de Escolar.

Para entender a rede de escolas partiu-se da situação da população de Curitiba que, como já analisado no Plano Preliminar, crescia em níveis extraordinários.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA – 1940 / 1967

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE CRESCIMENTO
1940	102.898	37.758	140.656	
1950	141.222	39.353	180.575	3,6
1960	351.259	10.050	361.309	7,2
1964	395.092	16.820	411.912	3,9
1967	509.018	16.769	525.787	5,7

Fontes: Anuários Estatísticos I.B.G.E.

Estimativas demográficas 1967/ 70, elaborado por Walter C. Skroch e Marcos A. Hauer – IPPUC – Outubro 1967. In: IPPUC (1968, p.9)

Quanto à análise da rede escolar, o ensino pré-primário tinha como importância o favorecimento do desenvolvimento harmônico da criança a fim de prepará-la para o ensino primário.

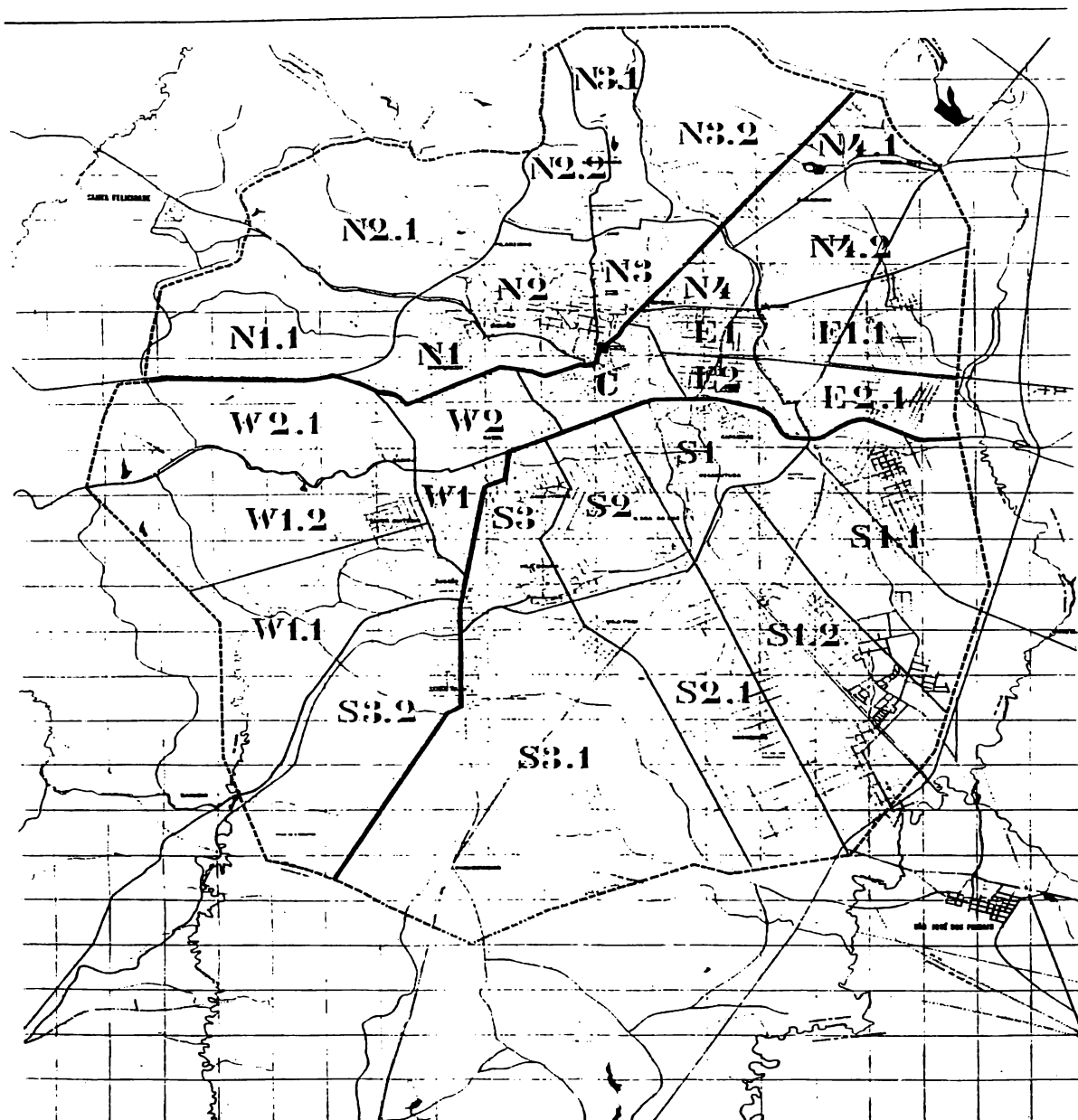
QUADRO 3 – MATRÍCULA POR IDADE x ENTIDADE MANTENEDORA (1967)

IDADE	ENTIDADE MANTENEDORA públicas (24 escolas)	ENTIDADE MANTENEDORA Particulares (40 escolas)	TOTAL (64 escolas)
Até 3 anos	213	163	376
4 anos	503	854	1357
5 nos e mais	1353	1353	2706
TOTAL	2069 = 47%	2370 = 53%	4439 = 100%

Fonte: IPPUC (1968 p.16).

A maioria das escolas deste nível em Curitiba tinha como mantenedora a rede privada, com números de matrículas no Maternal para crianças com idade de três anos, aumento para as de quatro anos e quase dobrando o nível para as de cinco anos em diante. Quanto a condição de uso dos prédios escolares, na maioria das escolas privadas eram cedidos ou alugados ou adaptados para o atendimento da clientela que atendia, devido a idade e no ensino público as escolas existentes apenas eram adaptadas ao nível de ensino atendido.

MAPA DA SETORIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR DE CURITIBA – 1968



◆ IPPUC · PLANO DE EDUCAÇÃO SETORIZAÇÃO

Fonte: IPPUC, (1968, p. 14)

Quanto aos professores do pré-primário, a maioria possuía Curso Normal colegial, tanto nas instituições públicas como privadas e só uma minoria tinha curso de especialização para o nível que atendiam, levantando dúvidas quanto aos atendimentos dos objetivos específicos para o pré-primário. Como observamos no quadro quatro:

QUADRO 4: QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE x ENTIDADE MANTENEDORA

ENTIDADE MANTENEDORA						
QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	PÚBLICA		PARTICULAR		TOTAL	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Leiga ou sem habilitação	8	6%	5	4%	13	5%
Normal Regional	10	8%	14	11%	24	10%
Normal colegial	96	77%	97	76%	193	76%
Especialização e Outros	11	9%	12	9%	23	9%
TOTAL	125	100%	128	100%	253	100%

Fonte: IPPUC (1968, p.19)

Como é possível analisar, o ensino de Curitiba por meio da pesquisa tomou como fundamento os documentos oficiais da época, de modo especial a LDB nº 4024/61, que incentivava por parte da iniciativa privada a abertura de estabelecimentos de ensino em todos os níveis.

Em Curitiba, conforme dados do IPPUC (1968, p.20) existiam em 1967, 117 escolas públicas e 62 particulares, destes totais 163 estavam localizadas na zona urbana da cidade. A ocorrência de escolas estaduais na zona urbana era bem maior no município, como 101 unidades, com apenas três sendo de fato municipais.

As particulares confessionais gratuitas tinham 15 escolas e as pagas 29. As escolas leigas gratuitas possuíam apenas 3 unidades e as pagas 12 unidades. O que pode se afirmar que os planos de emergência do Estado para a construção de escolas possibilitaram os maiores resultados de sua rede frente às 59 escolas particulares, com a maioria sendo confessionais e pagas.

Um dos problemas levantados quanto à rede escolar estava na sua má distribuição física pelos setores da cidade, pois, a maioria dos estabelecimentos localizava-se, principalmente as escolas particulares, no centro tradicional de Curitiba.

Existiam ainda, de acordo com o Plano Diretor as zonas industriais da cidade, que só poderiam ter escolas implantadas caso houvesse contingente populacional que justificasse tal procedimento ou fossem necessárias para atender ao contingente populacional de conjuntos habitacionais pertencentes a própria indústria.

Outro aspecto levantado é que a maioria dos estabelecimentos de ensino concentrava-se em locais com avenidas com transporte coletivo, explicado pela maior facilidade de acesso aos locais. As desvantagens seriam a localização de escolas em vias de tráfego intenso, o que poderia representar perigo para a população infantil, além dos ruídos do tráfego prejudicarem no rendimento escolar.

O estudo da localização da Rede Escolar revelou uma grande concentração de estabelecimentos de ensino em zonas melhor equipadas com serviços básicos – água, luz, esgoto – evidenciando falta de planejamento adequado na localização das escolas. Com efeito, a distribuição dos estabelecimentos escolares muitas vezes atende a demanda menos real das zonas de grande densidade populacional do que à facilidade de se contar com equipamento básico já implantado. (IPPUC, 1968, p.24)

Assim, conforme o exposto o problema das escolas primárias localizadas no município de Curitiba estava na má organização espacial, que de fato não expressava a verdadeira demanda, pela falta de atendimento em regiões da cidade com uma densidade populacional alta e que necessitava de Unidades escolares.

O estudo do IPPUC (1968) também investigou a situação física das Unidades escolares existentes quanto ao tipo de construção, com predominância em alvenaria, quanto a situações dos prédios, as áreas livres nos estabelecimentos e os projetos de ampliação das mesmas.

No período, o governo do Estado do Paraná como forma de permitir o maior desenvolvimento da rede de ensino, visando atingir os objetivos nacionais de valorização da educação como um dos instrumentos fundamentais de desenvolvimento econômico e humano, instituiu no ano de 1966 o Plano de ampliação dos prédios escolares. Basicamente o Plano tinha o propósito de ampliar o número de salas de aula de forma emergencial, na tentativa de atender a demanda real da população escolar.

O Plano de ampliação das escolas primárias foi instituído em 1966, como solução de emergência para a crescente demanda escolas no Município. Esse Plano apresenta uma série de desvantagens de ordem econômica, ao evitar a aquisição de novos terrenos e aproveitar as estruturas administrativas e pedagógicas das escolas existentes. (IPPUC, 1968, p. 26)

Assim, a falta de planejamento racional tão defendida pelos técnicos do IPPUC seria um dos principais problemas do projeto, pois, as escolas continuariam mal concentradas em locais que muitas vezes não atendia a uma demanda real. Funcionando em até três ou quatro turnos para atender a clientela, teriam ainda reduzidas as suas áreas livres e com os alunos tendo que se deslocar cada vez mais para se chegar à escola.¹⁰

Quanto à capacidade da Rede Escolar de Curitiba, para se chegar ao número da demanda real a avaliação passava por muitas dificuldades devido à falta de elementos objetivos como: do número de turnos desenvolvidos nas escolas, que muitas vezes chegavam a três ou quatro; a utilização simultânea da escola por mais de um nível de ensino e ainda a capacidade ociosa existente representada pelas vagas não utilizadas em cada instituição escolar, impedindo um projeto de desenvolvimento da rede de ensino.

Nesta análise, foram levados em conta os contextos urbanos das escolas, a situação física, a evolução das matrículas, bem como os aspectos das propostas pedagógicas para cada nível de ensino.

As variações das demandas estimadas e atendidas pelos diversos setores da cidade, conforme o mapa que foi citado anteriormente, permitiram ao IPPUC confirmar a suspeita da polarização de alunos em alguns locais, ou pela falta de Unidades escolares, ou pela facilidade de acesso de algumas escolas ou ainda pelo prestígio de algumas em detrimento de outras.

QUADRO 5: DEMANDA ESTIMADA E ATENDIDA EM 1967 X SETORES

1967							
SETORES	DEMANDA ESTIMADA E ATENDIDA					DIFERENÇA	
	6 anos	7 – 10 anos	11- 14 anos	TOTAL	Atendida	+	-
Centro	671	2.454	835	3.960	3.796		164
N 1	489	1.625	444	2.558	2.219		339
N 1.1	157	551	131	839	692		147
N 2	622	2.226	831	3.679	4.375	696	
N 2.1	364	1.225	96	1.685	482		1.203
N 2.2	151	506	308	965	1.184	219	
N 3	370	1.301	151	1.822	840		982
N 3.1	299	1.180	168	1.647	600		1.047
N 3.2	571	1.799	735	3.105	2.940		165

¹⁰ Como por exemplo, uma das escolas de Curitiba que ilustraria bem este problema é o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, que no período foi atingido pelo projeto de ampliação, ganhando um novo prédio que foi anexado a construção antiga. Além de perder uma grande área livre, ganhou uma extensão predial que sequer respeitou o projeto arquitetônico original e ainda centralizou mais o atendimento aos alunos oriundos de vários locais da cidade.

N 4	163	607	350	1.120	1.296	176	
N 4.1	333	1.165	548	2.046	2.489	443	
N 4.2	315	1.134	295	1.744	1.228		516
S 1	468	1.542	386	2.396	3.215	819	
S 1.1	573	1.839	459	2.871	1.996		875
S 1.2	808	2.785	558	4.151	2.790		1.361
S 2	938	3.483	701	5.122	4.674		448
S 2.1	546	2.119	823	3.488	4.117	629	
S 3	772	2.570	426	3.768	2.027		1.741
S 3.1	926	3.047	1.827	5.800	6.768	968	
S 3.2	437	1.483	1.195	3.115	2.778		337
W 1	324	1.301	199	1.824	1.529		295
W 1.1	379	1.187	233	1.799	1.295		504
W 1.2	286	983	366	1.635	1.827	192	
W 2	561	1.905	574	3.040	3.627	587	
W 2.1	188	729	179	1.096	716		
E 1	339	1.126	283	1.748	1.417		331
E 1.1	292	765	218	1.275	1.147		128
E 2	221	766	162	1.149	1.159	10	
E 2.1	247	798	827	1.872	2.296	424	
Rural	306	1.022	526	1.854	2.390	536	
Total	13.116	45.223	14.834	73.173	67.909	5.699	10.963

DEFICIT = 5.264

Fonte: IPPUC (1968, p.31)

O projeto para Curitiba quanto ao atendimento da demanda escolar pretendia atender até 1975 cem por cento das crianças do ensino primário, ampliando a capacidade de matrículas. A desordem da matrícula também era um problema comum no momento, pois, o termo significava simplesmente que além da falta de vagas para o atendimento da demanda real, existia o ingresso tardio na escola ou as freqüentes reprovações, onde poderiam ser encontrados alunos nas classes primárias com idade superior à esperada que deveria ser de 7 a 11 anos, indo em alguns casos até os 14 anos.

Em resumo, para um total de 58.783 matriculados em 1966 havia 13.812 alunos com idade superior à esperada para a série que freqüentavam igual a 23%. Só de alunos com idade superior a 11 anos havia 6.187, sendo de supor que estes, em breve, por força das circunstâncias sócio-econômicas, troquem a escola pelo trabalho, e venham a somar fileiras com os semi-analfabetizados. (IPPUC, 1968, p. 35)

Assim, com a entrada desses jovens no mercado de trabalho ou com o abandono da escola, a evasão escolar também se tornara um fenômeno preocupante. A matrículas e a evasão das primeiras séries do primário eram ainda maiores, sendo um desafio para reverter o quadro tanto para os administradores e para os educadores do ensino.

A pesquisa do IPPUC sugere que deveria ser realizada uma revisão dos currículos escolares, visando compreender por meio de investigação as expectativas da população com relação ao ensino, suas condições sócio-econômicas que impossibilitariam à permanência na escola.

Esta evidência representa um desafio à argúcia dos educadores, sociólogos, economistas e administradores em geral para interpretar corretamente o problema, a fim de propor soluções que venham efetivamente a atrair e reter na escola a totalidade da população escolar de 7 a 14 anos, como pretende o Plano Nacional de Educação. Um estudo sobre O Currículo escolar (...), paralelo a uma pesquisa sobre as expectativas populacionais em relação ao ensino e à escola, com controle das condições sócio-econômicas que caracterizam este universo, poderia permitir que se chegasse a considerações válidas sobre o problema. (IPPUC, 1968, p. 38)

O rendimento escolar visto de forma quantitativa por meio da aprovação no ensino primário, demonstrando que a evasão também poderia interferir nos dados, verificando no período um índice diferenciado do problema entre o ensino público e privado da capital, com as segundas tendo um rendimento superior. Conforme dados do IPPUC (1968, p. 41), “o RENDIMENTO REAL em 1966 foi de 73% nas Escolas Públicas, para 85% nas Escolas Particulares”.

Os dados demonstram um maior aproveitamento das escolas privadas, que em geral, tendiam a abrigar uma clientela com um nível sócio-econômico melhor, tendo melhores condições para a alimentação e para os hábitos de higiene, além, de possuírem maiores estímulos culturais, o que poderia afetar no rendimento escolar.

Quanto ao corpo docente, na época, a quantidade de professores primários com relação à quantidade de alunos era tida como ideal em alguns setores, tanto na rede pública como privada. Nas “escolas públicas (...) dando uma média de 16 alunos por professor; nas escolas particulares (...) resultando a média de 17 alunos por professor”.

O que variava muito era a relação quanto à distribuição setorial dos professores, porque quanto mais afastada era a instituição do centro de Curitiba, mais elevada à média de alunos para cada professor. Ocorria a necessidade de não apenas aumentar o quadro docente, mas prepará-lo melhor para a função, estabelecendo critérios para a sua redistribuição pelas escolas mais distantes e com um grande contingente populacional.

A partir do elementar pressuposto de que o rendimento escolar é reflexo de um bom ensino, o qual por sua vez é condicionado, em grande parte pela formação satisfatória do corpo docente, urge tomar providências para recuperar totalmente o professorado leigo (...) e encontrar fórmulas de estímulo capazes de incentivar toda a classe para a busca de auto-aperfeiçoamento. Por outro lado, não se pode mais justificar a admissão de novos professores que apresentam qualificação insatisfatória. (...) seria de bom alvitre cogitar-se de critérios válidos que pudessem assegurar o aproveitamento dos melhores candidatos; a manipulação desta variável poderia, a médio prazo, traduzir-se em maior produtividade e conseqüentemente economia para o sistema, além de se constituir em dinamismo gerador de eficiência com repercussões salutareas em todos os níveis de ensino". (IPPUC, 1968, p. 43-44)

Neste sentido, o desenvolvimento em Curitiba foi apresentado no Plano de Educação em suas entrelinhas, não fugindo aos preceitos nacionais de uma boa formação do educando atingida por uma prévia boa formação do corpo docente. Objetivou-se que o rendimento real da educação estava co-relacionado com a qualificação dos professores, cogitando até em melhores critérios de escolha dos profissionais. A tradução para o fato levaria a uma maior produtividade e economia para o sistema e que promoveria um maior dinamismo para se chegar a eficiência em nome do tão sonhado desenvolvimento.

No Plano de Educação de 1968, também foi levantada a questão da assistência médica-dentária, merenda escolar e Associação de Pais e Mestres, na detalhada análise do ensino primário em Curitiba.¹¹ Para o estudo, a importância dada a tais aspectos refere-se ao pressuposto de satisfação humana no que lhe é indispensável: a saúde e a alimentação, associado a uma boa relação entre a escola e as famílias, para que pudesse existir de fato um bom desempenho escolar.

A importância de se colocar em foco estes aspectos resulta da pressuposição de que sem levar em conta a satisfação das necessidades humanas básicas, em que se destacam a saúde e a alimentação, nenhum plano educacional tem condições de êxito; por outro lado, as Associações de Pais e Mestres, estabelecendo o liame escola-família asseguram unidade de

¹¹ Nota-se que o Plano de Educação elaborado pelo IPPUC valorizou a análise do ensino primário, muito provavelmente mapeando a realidade do município para que na década seguinte, de 1970, colocasse em prática muitos dos pressupostos, formando um grupo de estudos que acabaria dando início aos trabalhos da Secretaria Municipal de Educação.

Segundo dados do documento da "Rede Escolar Física de Curitiba – planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de 1974/1982" "Um dos poucos, senão o primeiro enfoque global sobre a rede escolar física de Curitiba, anterior ao ano de 1975, está contido no documento PLANO DE EDUCAÇÃO, realizado pelo IPPUC em 1968. Esse documento encerra um levantamento que vai desde o ensino pré primário ao ensino médio (1º e 2º ciclos), não esquecendo os cursos para excepcionais, supletivos, etc." (p. 1) A partir do Grupo de Trabalho de Curitiba em 1975, os "poderes públicos estadual e Municipal conveniaram, então, a divisão das responsabilidades para o atendimento (...) encarregando-se o Município das séries iniciais (1ª./ 4ª) e o Estado das séries finais (5ª / 8ª) do Ensino de 1º Grau e, ainda, do Ensino de 2ºGrau" (p.3); nomenclatura utilizada após a Reforma do Ensino em 1971.

objetivos a serem perseguidos conjuntamente pelos educadores em geral. (IPPUC, 1968, p. 45)

Os cursos supletivos, regimentais e de alfabetização de adultos do programa Alfa também ganhou destaque no Plano de Educação. Os cursos supletivos das primeiras séries primárias eram considerados uma forma de promoção válida para aqueles que tardiamente buscavam uma melhoria social por meio da educação, propondo a elaboração de planos de ensino e uma melhor formação dos professores para se chegar a melhorias educativas e aproximá-lo da filosofia do desenvolvimento.

Entretanto, aceitando-se a pressuposição de que tais cursos destinam-se a uma clientela com características específicas, com motivações próprias, seria necessário que os professores tivessem curso de especialização, além do Normal, para que melhor correspondessem às expectativas e pudessem extrair desses contatos todas as conseqüências desejáveis, de acordo com um programa especialmente elaborado e consoante uma filosofia do desenvolvimento válida para as condições atuais. (IPPUC, 1968, p.48)

Os cursos regimentais que funcionavam nos quartéis eram destinados a elevar a escolaridade dos recrutados ao Serviço Militar, também tinham o propósito de integrar ao desenvolvimento sócio-econômico de grande parcela da população.

Os cursos de Alfabetização de Adultos denominados de Alfa que funcionavam em grande parte do Estado, estendidos a Curitiba localizavam-se na maioria dos prédios cedidos por Grupos Escolares ou Casas Escolares. No documento é apenas citado a necessidade de reformulação dos currículos destes cursos e dos supletivos e regimentais, de modo a ter uma preocupação inicial com a atividade profissional e promover a integração da clientela ao processo econômico, novamente demonstrando a preocupação com a ideologia desenvolvimentista nacional.

Já a educação do excepcional, entrou na análise do Plano justificada pela importância em se entender todas as faces dos problemas educacionais. Em Curitiba, o atendimento era dado em grande parte nas escolas particulares, que tinham convênio com o Estado.

Verifica-se que a participação do Poder Público na educação do excepcional poderia parecer pouco expressiva ante a iniciativa particular, 2 Cursos e mais 6 classes para 10 cursos particulares; entretanto, o auxílio prestado pelo Estado, através de convênios com todas as escolas, representa substancial colaboração para manter esse tipo de atendimento. (...) A matrícula, por tipo de escola, permite constatar o elevado número de deficientes,

principalmente mentais (228), atendidos pelas instituições especializadas, ao que devem ser somados os limitrofes, atendidos em classes especiais dos Grupos Escolares (119), dando um total de 347. (IPPUC, 1968, p. 52)

Mesmo com os dados, levanta-se a necessidade de integração dos excepcionais ao mercado de trabalho, novamente exigindo um estudo mais aprofundado do currículo das escolas. Os demais tipos de deficiências (físicas, motoras, visuais, auditivas e super dotação) recebiam a mesma escolarização primária que era destinada aos demais alunos nas escolas.

No Plano de Educação a análise do ensino médio inicia-se com a justificativa de ser um nível de ensino indispensável ao desenvolvimento do país, pela possibilidade de formação voltada ao mercado de trabalho e sendo capaz de gerar mão-de-obra para o progresso.

Na presente conjuntura econômica, em que se procura recrutar todas as forças vivas da nação para a arrancada do desenvolvimento, muitas esperanças encontram-se na educação de nível médio como provedora de mão-de-obra capacitada para impulsionar o progresso. (...) No Brasil, a responsabilidade desta capacitação profissional tem sido atribuída a alguns ramos de escolas de nível médio que, dados os preceitos ainda existentes, não conseguem atrair maior número de alunos. Nestas circunstâncias, as próprias empresas mantêm cursos de treinamento que, até certo ponto, garantem o preenchimento dos quadros necessários. Em ambos os casos, a formação básica cultural ao nível do ginásio torna-se – indispensável para dar aquela plasticidade que facilitará o treinamento profissional. (IPPUC, 1968, p. 55)

Por motivações econômicas, a escola média foi considerada o melhor lugar para se formar profissionais para o mercado de trabalho, numa base de conhecimentos que deveria estar associada a planos de desenvolvimento e ao mercado profissional de trabalho.

De acordo com o Sistema Estadual de Ensino, a educação de grau médio “destina-se a formação do adolescente, de técnicos e profissionais do ensino médio e de professores para o Ensino Primário’ e poderá ser ministrada em dois ciclos, o ginasial e o colegial, abrangendo o Ensino Secundário, o Ensino técnico e o Normal”. (IPPUC, 1968, p. 56)

Quanto ao Ensino Secundário, objetivava preparar intelectualmente e profissionalmente os alunos ao desenvolvimento, orientando e dando aptidões necessárias para o trabalho qualificado. Era dividido em dois ciclos, com o primeiro de quatro anos, cujo ingresso se realizaria mediante exame de admissão após o ensino primário e o segundo ciclo de três anos.

Neste nível de ensino havia predominância de cursos particulares e para que os estudantes pudessem prosseguir nos estudos eram concedidas bolsas pela Prefeitura, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pelas próprias instituições particulares.

Mesmo assim havia muita defasagem no ensino, pois, 50% dos alunos que ingressavam no ginásio não conseguia concluir o curso. O rendimento real com relação às aprovações eram melhor na medida que os alunos avançavam nas séries, levando-se a concluir que o sistema vigorava de forma excludente e meritocrática só para poucos estudantes.

Entretanto, comparando a matrícula da 1ª série com a da 4ª série, observa-se, tanto nas Escolas Públicas como nas Particulares, que a defasagem eleva-se a mais de 50%, significando que aproximadamente metade dos alunos que ingressam no ginásio abandonaram o Curso antes de concluí-lo. (...) Igualmente se constata, em ambos os sistemas, que o Rendimento melhora na medida em que avançam as séries, havendo uma diferença apreciável entre a aprovação das 1ªs. para as 4ªs. séries (64% e 82% para o Público e 75% e 88% para o Particular). (IPPUC, 1968, p. 60)

Já o Ensino Técnico Profissional destinava-se ao preparo para o exercício de alguma profissão, existindo no momento Cursos Industriais, Comerciais, de Enfermagem ou Avulsos. O Ensino Industrial em Curitiba era dividido em dois ciclos, visando à formação de técnicos, que aprendiam desde a prática em oficinas até a formação imediata de assistência a engenheiros.

O ginásio industrial funcionava somente na Escola Técnica Federal do Paraná e o colégio industrial era ministrado no mesmo local, além do Instituto Politécnico Estadual, desenvolvendo os seguintes cursos: de mecânica, eletrotécnica, eletrônica, decoração e edificações, além de agrimensura, química de estradas e meteorologia, entre outros, ainda assim formando ao final dos mesmos poucos profissionais.

Mesmo existindo uma grande variedade de cursos, muitas ocupações não preenchiam o elenco dos mesmos, com as indústrias do município que buscavam uma adequada formação de pessoal.

O Ensino Comercial também ministrado em dois ciclos tinha como objetivo formar técnicos para o comércio e para a administração de negócios públicos e privados. Em Curitiba até o ano de 1967, mesmo com as atividades terciárias em expansão, só estava sendo ofertado o curso técnico em contabilidade, ministrado apenas em escolas particulares, com uma pequena taxa de evasão.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no ramo industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no ensino comercial também mantinham cursos de iniciação profissional.

Existiam ainda como forma de oportunidades educacionais em Curitiba os Cursos Avulsos, que davam “formação artística, cultura geral, treinamento imediato para o exercício de algumas profissões ou preparavam para a vida do lar”. (IPPUC, 1968, p. 75). Podemos citar como alguns exemplos destes cursos de rápida formação de mão-de-obra: os Artísticos de Música, de Datilografia, de Corte e Costura, de Cabeleireiro, de Desenho e Pintura, de Línguas Estrangeiras, de Rádio e Eletricidade, de Mecânica, de Orientação Profissional e de Educação Familiar Social, dentre outros.

Tais cursos na verdade, acabavam por atender mais o Setor Terciário do que o industrial em expansão, porque utilizavam técnicas elementares que a grosso modo pouco contribuíam para a formação de uma mão-de-obra que levasse ao progresso do desenvolvimento.

A aceitar-se que Curitiba é uma cidade que se industrializa em ritmo crescente conclue-se que os Cursos Avulsos oferecem significativa contribuição no sentido de formar profissionais no setor específico; apenas duas Escolas de Rádio e Eletricidade e uma de Mecânica aparecem nesta relação, contribuindo para confirmar a hipótese de que essa formação, importantíssima para impulsionar o progresso, é ainda muito descuidada no Município. (IPPUC, 1968, p. 76)

Existiam ainda em Curitiba o curso de enfermagem, dividido em dois ciclos, no ginásio formando o Auxiliar de Enfermagem e colegial preparando o Técnico em Enfermagem, com só duas escolas para a formação, a estadual Escola de Auxiliares de Enfermagem ‘Dr. Caetano Munhoz da Rocha’ e a particular Escola Técnica de Enfermagem ‘Catarina Laboré’.

Em matéria de saúde existia pouca valorização deste curso técnico, devido ao pequeno número de matrículas apresentado, num campo que parecia carente de profissionais habilitados e também era importante para o desenvolvimento social e econômico, como forma de atender a saúde do trabalhador.

Já o Ensino Normal, que propunha a formação de professores e de outras especialistas para atuarem no Ensino Pré-Primário e Primário possuía cinco escolas públicas, dentre elas o Instituto de Educação e quatorze particulares, sendo ministradas a nível de segundo ciclo.

Conforme dados do IPPUC (1968, p. 79), “o Ensino normal ‘ tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares e outros especialistas destinados ao Ensino Primário e Pré-Primário, e o desenvolvimento e propagação dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância’. (Art. 158 – sistema Estadual de Ensino)”.

No Ensino Normal possuía grande “retentividade” dos alunos, isto é, a maioria dos alunos que ingressa no curso conseguia chegar até o final. “O Rendimento Real também se apresenta bastante satisfatório para o Ensino Normal; a aprovação média em relação à matrícula inicial é de 94% para as Escolas Públicas e 95% para as Particulares”. (IPPUC, 1968, p. 80)

Na época além da formação do Ensino Normal os professores poderiam fazer vários cursos de Aperfeiçoamento ou Especialização de um ano, mantidos pelo Instituto de Educação do Paraná. Os cursos eram de Educação Pré-Primária, Supervisão, Orientação Educativa, Administração Escolar, existindo em outras instituições os cursos de Formação de Professores Supervisores, de Educação da Criança Excepcional e de Diretores.

Com o grande número de alunos no Ensino Normal, o estudo supõe que a maioria dos formados não se dispunha a trabalhar no interior, existindo então em Curitiba um excedente de mão-de-obra, “é de se supor que haja excedentes da ordem de 75%” (IPPUC, 1968, p. 83).

Uma das metas lançada pelo Plano estava em prestar melhoria de qualificação dos professores, porque para existir uma Educação Primária de qualidade deveriam existir professores bem formados. Este nível de ensino corresponderia à base da formação de uma mão-de-obra, que levaria Curitiba ao desenvolvimento e a posição de uma cidade “semi-avançada”.

Os cursinhos da cidade tão foram analisados como um caminho de extensão de oportunidades aos jovens que almejavam ingressar na Universidade. Existiam cursinhos específicos para os Cursos Superiores como, por exemplo, de Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito, Administração, Economia, Ciências Contábeis, Filosofia, Belas Artes e Biblioteconomia.

Continuando com a análise, o Ensino Superior configurando como um quadro de oportunidades aos jovens do Município, teria “por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes e a formação de profissionais de alto nível” (IPPUC, 1968, p. 86), deveria expandir-se de modo que fosse capaz de se

inserir ao planejamento integrado e suprir os apelos do desenvolvimento. Em Curitiba havia as seguintes escolas superiores:

**QUADRO 6: ESCOLAS SUPERIORES X ENTIDADE MANTENEDORA X
MATRÍCULA 1967.**

ENTIDADE MANTENEDORA	ESCOLAS	CURSOS		MATRÍCULA	
		Número absoluto	%	Número absoluto	%
Universidade Federal do Paraná	11	32	48	6.294	63
Universidade Católica do Paraná	8	25	38	2.061	21
Faculdades Estaduais	2	6	9	295	3
Faculdades Particulares	3	3	5	1.290	13
TOTAIS	24	66	100%	9.940	100%

Fonte: Departamento de Estatística da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. In: IPPUC (1968, p. 86)

De acordo com o quadro, a maioria do Ensino Superior era público, com 48% ministrado na Universidade Federal do Paraná, contra 38% na Universidade Católica do Paraná.

Segundo dados do IPPUC (1968, p. 90), 47% do número inicial de alunos que ingressava nos cursos superiores conseguia se formar, com uma defasagem de 26% do total. Havia algumas áreas onde a evasão ocorria com maior intensidade, como na Física, na Música, na Química, nas Belas Artes, na Matemática, na Filosofia, na Orientação Educativa, na Sociologia Política, na Biblioteconomia e na Educação Física, correspondendo a 50% a menos da matrícula inicial.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para interpretar essa defasagem: motivos econômicos que levam ao abandono do curso, reprovações, reconhecimento do erro quanto à definição vocacional e, algumas vezes, o fato de muitos alunos freqüentar escolas como segunda escolha, após tentativa frustrada em exame vestibular para o Curso preferido; ao tentar, no ano seguinte, o mesmo vestibular, em caso de aprovação verifica-se o abandono da segunda escolha. Pode-se acrescentar, a título de ilustração, que os vestibulares que mais reprovam são aqueles mais concorridos, como Medicina, para 220 vagas (160 da U.F.P. e 60 da U.C.P.) havia em 1967, 2930 candidatos e Engenharia, com 816 candidatos disputando as 220 vagas. (IPPUC, 1968, p. 90)

Nas áreas de responsabilidade da Faculdade de Filosofia, que deveriam formar profissionais para a carreira do magistério, existiam algumas áreas com excedente de recursos humanos como, por exemplo, da Pedagogia e das Ciências Sociais.

Muitos foram os problemas levantados pelo Plano de Educação no Município

de Curitiba, nos diferentes níveis de ensino e foram levantadas propostas quanto à rede escolar física e ao aspecto pedagógico dos mesmos.

Quanto ao Ensino Pré-Primário, concluiu-se que era insignificante o atendimento, beneficiando apenas 11% das crianças (IPPUC, 1968, p. 91) beneficiando-se desta escolarização. No momento, a Pré-Escola tinha o intuito de preparar intelectualmente o aluno para o Ensino Primário, além de representar um espaço privilegiado de formação de crianças de mães trabalhadoras.

A maioria dos estabelecimentos encontrados localizavam-se na região central da cidade, o que não levava em conta o aglomerado populacional das regiões periféricas que contavam com grupos humanos menos favorecidos sócio-economicamente e que necessitavam de tal atendimento.

A meta estabelecida a longo prazo, seria de que todas as crianças tivessem a oportunidade de ter a educação Pré-Primária, principalmente as entre 4 a 6 anos. “A curto prazo, entretanto, poderia ser estabelecido como meta razoável para Curitiba o atingimento, até 1970, de um mínimo de 30% de atendimento por setor” (IPPUC, 1968, p. 2).

O atendimento à população pré-escolar, poderia ser dado eventualmente em outros equipamentos sociais, como em Parques de Recreação, que pretendiam contribuir para o desenvolvimento da capacidade criadora e da coordenação motora das crianças na faixa de 4 a 6 anos.

Outra meta seria a da ampliação do ensino primário para cinco anos ao integrar definitivamente o aluno a partir dos seis anos, com a primeira série passando a funcionar como uma preparação de técnicas necessárias para o ensino primário¹².

Poder-se-ia considerar, finalmente – levando em conta que o primário recebe, atualmente, alunos de seis anos – a possibilidade de se atribuir à 1ª série a responsabilidade de preparar a criança para as dificuldades do ensino primário, através da intensificação de Técnicas que viessem a favorecer sua maturidade psico-motora, sem que a principal obrigação fosse a de iniciar a criança na aprendizagem da escrita e da leitura. Nesta alternativa – que parece menos viável em função das repercussões legais sobre o Sistema Estadual de Ensino, mas que poderia ser cogitada na oportunidade da elaboração do Plano Estadual de Educação – o Primário deveria estender-se obrigatoriamente, a 5 anos de curso. (IPPUC, 1968, p. 94)

Os professores também deveriam ser formados mediante cursos de

¹² Atualmente, as propostas governamentais aprovaram o ensino de nove anos modernizando algumas dessas idéias aqui expostas, como de integração obrigatória no ensino pré-escolar para as crianças de seis anos de idade.

especialização e só admitidos em concursos públicos a partir de uma avaliação criteriosa de prova escrita e didática, dando preferência aos portadores de cursos de especialização.

Quanto ao ensino primário, de acordo com a Filosofia do Desenvolvimento anunciada nacionalmente, seria a base para um futuro de auto-aperfeiçoamento humano capaz de levar a uma inserção produtiva no mundo socioeconômico do trabalho, que só poderia ser atingido com a universalização deste nível de ensino, para todas as crianças em idade escolar.

De acordo com a Filosofia do Desenvolvimento definida no Plano Nacional de Educação e com as metas expressas no Plano Decenal, é imprescindível capacitar o homem para se auto-promover, através da escolarização primária completa, pelo menos; desta forma será ele estimulado a buscar auto-aperfeiçoamento que poderá possibilitar-lhe a plena realização como pessoa humana, a utilizar as técnicas fundamentais de cultura que servirão como – instrumento para integrá-lo no contexto sócio e a se conscientizar quanto ao papel que deve desempenhar na sociedade. Isto pressupõe a matrícula de 100% das crianças da faixa etária correspondente e sua retenção na escola, até o final do curso. (IPPUC, 1968, p. 96)

Apesar de Curitiba atender a 95% da demanda de matrículas na educação primária, os grandes problemas relacionavam-se ao abandono da escola que atingia 35% dos que iniciavam a 1ª série e conseguiam chegar a 4ª série, ocasionando também problemas de deserdem de matrículas devido a altos índices de repetência e de fracasso escolar.

Um dos entraves a ser solucionado referia-se a uma melhor formação do corpo docente e uma ampliação dos números dos mesmos de acordo com a necessidade de cada setor. Além disso, deveria existir uma valorização do magistério mediante plano de carreira, estímulo ao seu aperfeiçoamento e critérios mais rigorosos para a contratação de novos professores a fim de garantir elevação dos padrões de ensino.

Outro ponto levantado é de que os professores deveriam ser ouvidos mediante uma pesquisa, que levantaria os principais problemas da educação Municipal e ainda poderiam dar sugestões quanto as suas aspirações mediante a implementação de programas de aperfeiçoamento.

Outras das principais propostas para o Ensino Primário desejavam efetivar a obrigatoriedade deste nível de ensino no Município, ocasionado por um maior entrosamento entre as autoridades educacionais. Além disso, deveria ocorrer uma normalização da matrícula da 1ª série a partir da Chamada Escolar.

Como forma de normalização das demais séries, pretendia-se fazer uso de um sistema de Promoção Progressiva, na qual os alunos teriam uma aprovação automática da 1ª para a 2ª série e da 3ª para a 4ª série e direito à recuperação no final da 2ª e da 4ª série¹³.

Quanto aos serviços auxiliares, a almejava incorporar a Assistência Médica-Dentária aos equipamentos comunitários como mais tarde figurou nos Postos de Saúde. A Merenda Escolar foi pensada como uma forma de melhorar o estado de subnutrição das crianças, e de forma a atrair a matrícula na escola, caso fosse estendida a 100% das Unidades públicas.

A educação de adultos e os cursos supletivos deveriam promover a reestruturação de seu currículo, o estreitamento com os Centros de Treinamento Profissional da comunidade, visando orientar os alunos a buscar um desenvolvimento individual que pudesse levá-los a se integrar na vida econômica. Pretendiam também recuperar os professores leigos por meio de complementação dos estudos.

Também foi pensada uma organização de um Grupo de Assistência Pedagógica contínua aos professores, que pudessem ministrar aos mesmos cursos de aperfeiçoamento quanto à psicologia do adolescente e do adulto e dos problemas de mão-de-obra no mercado de trabalho.

A educação do excepcional tinha como principais propostas o estabelecimento de um Grupo de Estudo para a reformulação do currículo, os estímulos aos cursos de especialização de professores para o trabalho com os excepcionais e ainda a elaboração de um projeto que se verifica-se o contingente populacional de deficientes em Curitiba, visando ao desenvolvimento integral dos indivíduos.

Já ao Ensino Médio propunha-se aproximar a formação educacional com o desenvolvimento econômico. “A partir do momento em que se dispusesse de um quadro de referências, bem caracterizado, da realidade sócio-econômica do Município, poder-se-ia partir para um relacionamento entre a educação e desenvolvimento, pela estruturação de um sistema educacional que pudesse prover a formação de recursos humanos impulsionadores do progresso”. (IPPUC,

¹³ Aparentemente, este sistema de Promoção Progressiva assemelha-se muito a alguns dos fundamentos propostos pelos Ciclos de Aprendizagem, instituído pela Rede Municipal de Ensino de Curitiba no final da década de 1990.

1968, p. 108)

Enquanto isso seria necessário repensar os cursos ginasiais visando a uma formação profissional imediata, já que grande contingente da população não chegava a estender seus estudos até o segundo ciclo.

Afirmou-se que a responsabilidade da preparação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento não devem ser de exclusiva responsabilidade do sistema de ensino, mas ser estendido às indústrias, as demais empresas e Secretarias do Estado, com a promoção de programas de Treinamento em Serviço.

Quanto ao Ensino Normal, a principal proposta de melhoria consistia no aumento no tempo de formação em pelo menos um ano, passando de três para quatro anos.

Ora, o progresso do Estado do Paraná e o ritmo de desenvolvimento de sua capital impõe novos padrões de qualidade para o ensino primário no Município de Curitiba. Essa melhoria poderá ser obtida através da extensão do Curso Normal de pelo menos mais um ano (tal como nos Estados de São Paulo e Guanabara) ou de Aperfeiçoamento de um ano, em uma das diferentes séries, sem perder de vista o conjunto, dando-se especial ênfase à formação teórico-prática do professor para a 1ª série e para as séries de Recuperação, resultantes da aprovação do sistema de Promoção progressiva apresentado anteriormente ao se tratar do Ensino Primário.¹⁴

O Ensino Superior representava no momento um caminho eficaz de expansão da mão-de-obra de alta qualidade ou na expressão utilizada, de “alto nível”, valorizando o desenvolvimento econômico do Município, valorizando os cursos de vários ramos da Engenharia. Sobretudo, foram feitas críticas com relação aos cursos tidos como tradicionais em todo o país como o de Direito e Filosofia que levavam ao emprego de funções burocráticas, não levando o país a sair de um desenvolvimento parcial.

De acordo com as modernas teorias que pretendem amarrar a expansão dos cursos universitários às necessidades de mão-de-obra de alto nível, valorizando-se, sobretudo os Cursos de Engenharia em todos os seus Ramos, a Universidade Federal do Paraná demonstra sensibilidade para o problema do desenvolvimento ao ampliar as vagas nesse setor (de 722 matrículas em 1963 passou, gradativamente, para 1.090 em 1967). Por outro lado, essas mesmas teorias afirmam que é típico de países subdesenvolvidos enfatizar cursos de Direito que ‘refletem a orientação do estudante no sentido de empregos burocráticos e das tradições culturais do país’ (Frederick Harbison e Charles A. Myers). (...) o que leva a concluir que o Ensino Universitário, em Curitiba, ainda não conseguiu libertar-se

¹⁴ Mais uma vez um acontecimento do Plano foi efetivado anos depois, como da reformulação do Normal que passou a ser chamado de Magistério, ganhou quatro anos de formação do professor. Atualmente, encontramos os cursos de Formação de Professores das Séries Iniciais denominados de Normais.

do tradicionalismo característico dos países parcialmente desenvolvidos. (IPPUC, 1968, p.116)

Nos parece que o documento enfatiza fortemente para o Ensino Superior uma tendência de base nacional da ideologia desenvolvimentista, associando ao campo educacional os acordos internacionais como do MEC–USAID. Buscavam argumentos para a valorização de profissões técnicas em detrimento de outras mais humanísticas, consideradas saturadas e que não impulsionariam o mercado de trabalho a produzir rapidamente um grande crescimento econômico.

O aspecto físico-territorial e financeiro necessário à expansão de Rede de Ensino Primário de Curitiba ganha destaque no documento. Foram feitas estimativas do *déficit* e da necessidade de expansão das Escolas Primárias até o ano de 1970.

A localização das futuras Unidades escolares ganharam destaque a partir do quadro que apresentava a necessidade de matrícula para cada um dos setores da cidade, de modo que as crianças não precisassem percorrer longas distâncias do caminho de suas casas até a escola e corrigindo assim distorções, principalmente em locais de carência acentuada deste equipamento social.

A localização física das novas Unidades escolares deveria respeitar a uma densidade teórica de “100 hab/há para os setores limítrofes ao Centro e 75 hab/há para os setores periféricos” (IPPUC, 1968, p.122), compreendendo uma área de cobertura de 400,00 a partir da escola, considerada como uma distância adequada para uma criança se deslocarem a pé. As escolas deveriam localizar-se em ruas de tráfego secundário como medida de segurança para a clientela infantil, que estaria mais protegida de ruídos excessivos. Deveria também ser evitado a construção de novos prédios escolares em zonas industriais, como o prescrito pelo zoneamento e enfatizado no Plano Diretor da cidade.

As escolas devem possuir uma arquitetura agradável, com Unidades tendo como capacidade máxima dez salas de aula (cada uma com 35 carteiras individuais, uma mesa e cadeira para o professor e armário para materiais) para 35 alunos cada, possuindo uma área coberta e mais áreas livres que edificadas.

Uma das condições para que o Município de Curitiba se preocupa com a educação primária, além das indicações legais já apresentadas, refere-se ao agravante concreto de sua pequena participação no setor educacional na época. Os investimentos eram muito baixos, o dispêndio do Município com a educação não

obedecia ao mínimo exigido pela LDB que era de 20% da receita, não chegando nem a metade e o que evitava que a situação educacional se tornasse caótica eram os investimentos do Estado do Paraná.

Observa-se, entretanto, que o atendimento da população em idade escolar em Curitiba situa-se em termo de 95%, representando um *déficit* sem expressão em números relativos (...) O elevado nível de atendimento é fruto da atuação do governo do Estado e da iniciativa privada: só no ensino primário, as entidades particulares mantêm 17,3% das matrículas, em 34,6% do total de unidades escolares. (IPPUC, 1968, p. 135)

Assim foi auferida uma Política Educacional para Curitiba, a fim de possibilitar subsídios para o Planejamento do Sistema Escolar Municipal, com uma tendência já existente no momento de atribuir maiores encargos quanto a distribuição da educação pré-primária e primária ao Município (futura municipalização) e do Estado para o ensino médio e para a União o ensino superior.

Neste processo, o Município inicialmente teria o encargo em participar da “Expansão Planificada da Rede Escolar” até 1970, por isso a importância dada ao presente estudo do Plano de Educação.

Inicialmente os esforços foram destinados a ampliação da rede física das escolas e só depois foi proposto um planejamento pedagógico e curricular, ocorrendo somente a partir de 1975; sendo para nós educadores imprescindível que os dois fundamentos tivessem sido pensados conjuntamente.

A Política Educacional que começou a ser gostada para Curitiba na época foi fundamentada na Filosofia Humanista de Desenvolvimento, no qual a educação seria um instrumento “que leve o homem a auto promover-se. No mundo de hoje, dominado pela Tecnologia, as oportunidades são tão mais freqüentes quanto mais especializado o homem; logo, a formação técnico profissional calcada em sólida cultura geral, deve ocupar o lugar de destaque nos Planos Educacionais” (IPPUC, 1968, p.138)

O que demonstra que a Política Educacional inspirada na Filosofia Humanística de Desenvolvimento pretendia formar um homem que busca-se inicialmente um desenvolvimento profissional para si próprio, gerando um diferencial de desempenho nas funções trabalhistas com a valorização da técnica. Estas novas relações de trabalho decorrentes do processo desenvolvimento econômico mediante a industrialização, proporcionariam em última instância, um progresso para a nação.

Aceitando a idéia de Educação Permanente, que encara o desenvolvimento como um progresso contínuo, não limitado no tempo e espaço à vida escolar, deduz-se que é imprescindível expandir as oportunidades de aperfeiçoamento através de outras instituições da comunidade, tais como: Bibliotecas, Teatros, Centros de Recreação, cursos Avulsos, etc.; da mesma forma, salienta-se a importância dos Centros de Treinamento Profissional e dos Cursos de Especialização diversas. (IPPUC, 1968, p.139)

Com a generalização da Filosofia do Desenvolvimento no sentido de dinamizar o progresso para o país, a escola não seria a única extensão responsável por esta nova consciência social e econômica, contando para isso com o apoio dos centros comunitários e demais equipamentos sociais da cidade.

A valorização do professorado também passa por estas medidas, porque nenhum Plano de Educação pode ser concretizado se não fosse bem aceitos por aqueles que de fato iriam colocá-lo em prática, por isso, os pensamentos de qualificar o profissional da educação por meio de uma formação mais consistente.

Finalmente, o espaço físico escolar adequado as práticas desenvolvimentistas sócio-econômicas tornaram-se importantes para destacar a cidade de Curitiba como um local de destaque, capaz de receber investimentos que levassem ao progresso, como do Parque Industrial inaugurado na década seguinte que ganhou o título de Cidade Industrial, num momento de exigência de novas técnicas que pudessem impulsionar o progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho intitulado “Desenvolvimentismo, planejamento e educação: Curitiba na década de 1960” pretendeu pesquisar de forma um tanto breve o desenvolvimentismo na década de 1960, estendido até o caso de Curitiba pela configuração de seu Primeiro Plano de Educação Municipal de 1968.

Como afirmou OLIVEIRA (2004), na introdução do livro de REBELO (2004), a trajetória do ciclo paranaense do nacional-desenvolvimentismo de auto-suficiência industrial, que foi instituído com a criação do capitalismo brasileiro seguindo os interesses externos, formulou projetos nos setores públicos brasileiros; com o modelo vigorando no Brasil entre as décadas de 1930 até a 1990, substituído pelo modelo globalizante.

Assim, o estudo de uma década do modelo desenvolvimentista demonstrou em linhas gerais que a educação foi um dos carros-chefes da ideologia, que formou um núcleo de relações entre o desenvolvimento, o planejamento e a industrialização nacional e local, pretendendo como fim último levar ao progresso do Brasil tendo como parâmetro os demais países internacionais, destacando os E.U.A.

A nível nacional, vemos que o governo JK impulsionou todo um projeto de desenvolvimento pelo seu Plano de Metas, numa forma tão rápida e imprecisa que ficou presa a investimentos externos.

Os governantes subseqüentes como Jânio Quadros, João Goulart e até os militares prosseguiram com a tônica do desenvolvimento, levando até as últimas conseqüências a ideologia que foi sobreposta em todos os espaços sociais, dentre eles na escola, de forma a promoverem altos ganhos econômicos a uma pequena elite dirigente.

A nível estadual, o governo adaptou a ideologia nacional por meio dos investimentos maciços em industrialização, o que gerou uma mecanização do campo, uma grande migração que atingiu os centros urbanos com de Curitiba, aumentando ainda mais as mazelas sociais dos trabalhadores.

Quanto à educação, o Estado passou desde o governo de Ney Braga ao de Paulo Pimentel a investir maiores capitais, pensando na formação e reestruturação administrativa de seu Sistema de Ensino que manteve por muito tempo sozinho a Rede Escolar de Curitiba.

Desde a aprovação da LDB e com os Planos Nacionais de Educação

subseqüentes, e ainda com a descentralização dos Sistemas Estaduais de Ensino impulsionaram novas exigências quanto à educação, sendo tratada como um campo privilegiado da ideologia desenvolvimentista posta em ação.

A educação ganhou com isso uma maior atenção, maiores investimentos e também precisou ser mapeada com forma de se expandir quantitativamente, cumprindo a uma exigência legal de obrigatoriedade e de maior atenção ao ensino médio. Este ganhou importância na formação de mão-de-obra por visar ao aprendizado de novas técnicas que levassem ao progresso. O ensino superior passou a ser cotado como mais um parceiro nas pesquisas mais avançadas, capazes de impulsionar mais rapidamente o desenvolvimento.

Assim o Estado do Paraná seguiu a linha de desenvolvimento nacional, optando pela formação de um sistema de ensino que colocasse em prática muitos dos pressupostos para a educação presente no projeto nacional desenvolvimentista e concomitantemente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4024/61.

Curitiba a partir da década de 1960 preparou-se para um novo futuro adequando a realidade do município a um grande empreendimento de planejamento urbano, delineando o zoneamento do solo, a infra-estrutura habitada para fins específicos.

Com o aumento da população do Estado e em especial da capital, Curitiba propôs a partir do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba de 1965 um novo Plano Diretor (1966), que teria diretrizes bem específicas quanto à estrutura física, de um sistema viário bem definido, do uso do solo e na divisão da cidade em setores.

No primeiro setor de recreação era necessário criarem locais apropriados a uma nova forma de animação da cidade em termos sociais e culturais, com a construção de praças, de áreas verdes, de áreas arborizadas, de teatros atrelados a uma nova forma de ocupação do solo.

No setor de circulação foram criadas vias estruturais e, ainda, a melhoria do transporte coletivo com a construção de terminais e também com o desenvolvimento do anel central para os pedestres; foi desenvolvido um sistema viário trinário composto por três vias paralelas, isto é, uma central de tráfego lento e duas laterais de tráfego rápido, com a mão única em um sentido diferente.

Quanto ao saneamento, devido à diminuição dos recursos hídricos e do aumento da poluição do rio Iguaçu criou-se o parque São Lourenço e o Barigüi, e

ainda medidas de implantação do Parque Regional do Iguaçu e a definição de uma área industrial.

Em especial, no setor de educação foi investido de modo a tornar a escola o núcleo básico da vida comunitária de cada área da cidade. A escola, dentro de uma filosofia desenvolvimentista, passou a ser mais um dos equipamentos sociais básicos destinados à população que vivia em um espaço industrial.

Voltando à questão dos equipamentos sociais sendo um deles a escola, esteve sempre relacionada à política social geral, mas somente em 1967 é que foi criado no próprio IPPUC um Setor de Educação, com o objetivo de delimitar a rede física escolar, possibilitando a posterior construção das mesmas e em 1979 o setor foi sendo ampliado e passou a fazer parte dos Setores de Equipamentos Sociais.

Nos primeiros anos de funcionamento do IPPUC, com o Plano Preliminar de Urbanismo que embasou o Plano Diretor de 1966, foi reconhecida a importância de equipamentos sociais para a estrutura urbana, mesmo sendo tratados a margem do planejamento como um todo.

No ano de 1968, seguindo as determinações do Plano Preliminar e do Plano Diretor da cidade, o IPPUC elaborou o Primeiro Plano de Educação. Este plano desenvolveu a análise da rede escolar quanto à estrutura física por meio de uma análise global das escolas existentes, bem como realizando o levantamento da oferta de ensino público e particular e perfazendo todos os níveis de ensino da pré-escola ao ensino médio, o ensino supletivo, os cursos excepcionais e superior.

Neste sentido, a situação da Educação Municipal de Curitiba na década de 1960, analisada pelo primeiro Plano Municipal de Educação (1968), apresentou-se como uma das necessidades de expansão da rede escolar pelo evidente aumento da população atendida.

O Primeiro Plano Municipal de Educação estava pautado pelas diretrizes do Plano Diretor de Curitiba (1966), que estabelecia a “divisão do município em Setores Educacionais a serem delimitados pelo IPPUC, correspondendo a cada um destes setores a áreas atendidas pelo conjunto de unidades escolares”. (Plano de Educação Municipal, 1968, p. 23)

Para atender a este pressuposto, a Prefeitura havia criado o Primeiro Centro Educacional comunitário “Papa João XXII” em 1963 no bairro do Portão, seguido do Centro Educacional “Isolda Schmidt” em 1966 no bairro do Pilarzinho e finalmente o Centro Educacional “Nossa Senhora da Luz dos Pinhais” em 1967, atual Escola

Municipal Nossa Senhora da Luz, na cidade Industrial de Curitiba.

Quanto ao Plano de Educação foram elencadas metas e propostas para cada nível de ensino, seguindo a filosofia desenvolvimentista. Esta era entendida como uma meta de auto-promoção do homem por meio da escolarização primária completa, que possibilitasse um auto-aperfeiçoamento futuro, propondo a matrícula de 100% das crianças de faixa etária correspondente a este nível de ensino.

Em linhas gerais, o Plano de Educação de 1968 pretendeu organizar e preparar Curitiba para as exigências que lhe eram próprias de atendimento ao ensino pré-primário e primário, mapeando e organizando projetos de ação de ampliação das escolas a fim de a capital estar mais preparada de receber o parque industrial e as inovações técnicas de que necessitava uma capital do Estado.

Voltando aos objetivos deste estudo que pretendeu analisar o Primeiro Plano Municipal de Educação de Curitiba, verificando no mesmo a influência do projeto desenvolvimentista nacional. Foi atingido, mesmo que os ideais apresentados pela LDB tivessem passado para o segundo plano, mas o que de fato ganhou destaque foi à filosofia desenvolvimentista.

Os caminhos metodológicos buscados para se chegar a este entendimento foram da contextualização histórica, política e educacional do Brasil, do Paraná até se chegar a Curitiba. Também foram elucidadas, mesmo que de forma breve, a ordem cronológica dos fatos idos de 1960 a 1968, no qual se encontra a constituição do Plano de Educação Municipal realizado pelo IPPUC.

Quanto às perguntas inicialmente realizadas, foram também respondidas, pois, o papel da educação no projeto desenvolvimentista nacional era o de impulsionar a força de trabalho humana a uma formação impulsionada em última instância ao progresso técnico e sócio-econômico do Brasil no momento, incluindo neste pressuposto o Plano de Educação Municipal.

Inicialmente, como educadora, o grande espanto foi o de concluir que um Plano de Educação, o primeiro de Curitiba, tinha sido realizado por um Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e não por uma instância educacional, mas ao analisar o mesmo fica claro o porque de tal feito. No período sequer existia na capital uma Secretaria Municipal de Educação e o Plano objetivava conhecer a realizada escolar da cidade para que em circunstâncias posteriores o Município tivesse condições de organizar tal entidade educacional. Em pleno final da década de 1960, a realidade educacional da cidade sequer era conhecida, nem a estrutura física da

mesma havia sido mapeada.

A principal crítica que pode ser realizada quanto à demora em se realizar um plano e também pela não inclusão de discussões mais aprofundadas referentes às questões pedagógicas do currículo das escolas. Como seria possível expandir uma estrutura física da rede de ensino sem pensar nas práticas pedagógicas que ali serem exercidas, seria o mesmo que sobrepor uma escola vazia!

Finalmente como sugestão de novas pesquisas sobre o assunto, poderiam ser levantadas informações sobre a realidade educacional municipal nas demais capitais brasileiras como forma de se ter uma visão mais comparativa e aprofundada do assunto. Além disso, o estudo poderia ser estendido para a década de 1970, pensando a Reforma do Ensino em 1971 e de que forma o ensino foi visto na capital e como foram conduzidos os primeiros trabalhos da rede municipal de educação de Curitiba a partir de 1975. Um dos pontos muito interessantes apresentados no estudo do Plano de Educação de 1968 é de que muitas sugestões que foram dadas no momento só foram concretizadas nas décadas subseqüentes, como por exemplo, da universalização do ensino pré-primário e primário (atual Ensino Fundamental), do já antigo magistério passando a ter quatro séries de formação e das medidas mais polêmicas de uma progressão continuada dos alunos denominada atualmente de Ciclos de Aprendizagem, dentre outras, permitindo até mesmo pesquisas analíticas e comparativas com o momento atual, do que foi concretizado pelas circunstâncias ao longo das décadas, pois, o Plano de Educação de 1968, foi apenas um embrião para o desenvolvimento anunciado no momento, pelo forte apelo desenvolvimentista e de valorização do planejamento.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maria Anita dos **Uma experiência de industrialização: cidade industrial de Curitiba**. Curitiba: Dissertação de Mestrado da Pós-graduação em História do Brasil, História Econômica, UFPR, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de **História da educação**. 2ª ed. rev.ampl São Paulo: Moderna, 1996.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)** São Paulo: Símbolo, 1978.

AZANHA, José Mario Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho et al **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2ª ed at. São Paulo: Pioneira, 1998, p.102 à 122.

BRASÍLIA. **A educação nas mensagens presidenciais (1890 -1986)**. Brasília: INEP, 1987, 2v. anexos.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de **O golpe na educação**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Brasil: os anos de autoritarismo)

CURITIBA. **Diretrizes curriculares em discussão: a escola organizada em ciclos de aprendizagem**. SME: 2001 – 2004.

CURITIBA. **Plano de educação**. Departamento de Bem Estar Social: PMC, 1975. v. 1.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. Sociedade Serete, junho de 1965.

CURITIBA, Prefeitura Municipal. **Rede escolar física de Curitiba: planejamento, desenvolvimento e acompanhamento**. PMC, 1974-1982.

DUARTE, Sergio Guerra. **Educação brasileira: do pré-escolar à pós-graduação: legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FERNANDES, Almir. **Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo**. Rio de Janeiro: COPPE – UFPR, Mestrado em Engenharia de Produção, 1979.

FICO, Carlos Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. In: **Estudos de História** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social). Franca, SP, Brasil, 2001, v.8, n. 1, p. 69 – 90.

FONTOURA, Amaral. **Diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 4024/ 61** 3ª ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1968. v.2.

FURTADO, Jucundino da Silva. **Diretrizes e bases da educação nacional**. 2ªed Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1960.

GERMANO José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. Campinas: Cortez/ Unicamp, 1992.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1992.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Legislação de uso do solo**: lei nº 5234 e decretos complementares.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planejamento urbano e democracia**. Seminário nacional e experiência de implantação. Curitiba, agosto de 1988.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor**: Lei nº 2.828/66. Curitiba: IPPUC, 1966.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor 2004**: o Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planejamento Urbano e Democracia**: Seminário Nacional – experiências em implantação do IPPUC planejamento da rede de equipamentos sociais. Curitiba: IPPUC, 1988.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Rede escolar física de Curitiba**: planejamento, desenvolvimento acompanhado, 1974/ 1982.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Problemas da educação brasileira e paranaense**: realidade sócio-educacional no Brasil e no Paraná. Curitiba, 1970.

MOREIRA, J. Roberto. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisadores em Ciências Sociais, 1960.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000. (Pesquisa nº 48)

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná, textos introdutórios).

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980.** Curitiba: SETI, 2004.

PARANÁ. **Documento – base para o planejamento prévio para implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus.** Curitiba: Fundepar, 1971.

PARANÁ. **Educação e cultura:** mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo governador Ney Aminthas de Barros Braga, no dia 1º de maio de 1962. Secretaria da Educação e Cultura, 1962.

PILOTTO, Erasmo. **Problemas de educação.** Curitiba: Imprimax, 1966.

RATTO, Ana Lúcia. **Origem e desenvolvimento da rede escolar da prefeitura municipal de Curitiba (PMC) – 1963 – 1979.** São Paulo: Dissertação de Mestrado da Pós graduação em Educação (História e Filosofia da Educação) Universidade Católica de São Paulo, 1994.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** organização escolar. 14ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

REBELO, Vanderlei. **Ney Braga: a política como arte.** Curitiba: Sesquicentenário, Governo do Estado do Paraná, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930 / 1973.** 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico.** 2ª ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

SCHUCH, Vitor Francisco. **Legislação mínima da educação no Brasil:** ensino de 1º, 2º e 3º graus. 7ª ed. Porto Alegre: Sagra / UFSM, 1986.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano:** investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes A ditadura militar foi “entreguista”? Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro. In: **Estudos de História** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social). Franca, SP, Brasil, 1994 - 2001, v.8, n. 1, p.301–320.

WEFFORT, Francisco Correâ. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.